



**CÂMARA MUNICIPAL DE  
SÃO PAULO**

**SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR**  
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE TRÂNSITO, TRANSPORTE E ATIVIDADE ECONÔMICA.

**PRESIDENTE: SENIVAL MOURA**

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA  
LOCAL: CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO  
DATA: 19 DE MAIO DE 2022

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Manifestação fora do microfone

**O SR. PRESIDENTE (Senival Moura)** – Na qualidade de Presidente da Comissão de Trânsito, Transporte e Atividade Econômica declaro abertos os trabalhos da 2ª audiência pública do ano de 2022, convocada para hoje, 19 de maio de 2022, para debater a segurança nos serviços de motofrete na cidade de São Paulo, conforme requerimento de número 10/2022, de autoria dos membros desta Comissão.

Informo que esta audiência pública está sendo transmitida pelo portal da Câmara Municipal de São Paulo, no endereço [www.saopaulo.sp.leg.br](http://www.saopaulo.sp.leg.br), e *link* Auditórios On-line.

Além dos Vereadores e do público em geral, foram convidados a participar da audiência os representantes: da Secretaria Municipal de Mobilidade e Transportes, da SPTrans, está a Sra. Michele Perea, de forma virtual.

**A SRA. MICHELE PEREA CAVINATO** – E com vocês, tem o DTP também, a Mariana e o Dr. Roberto Cimatti.

**O SR. PRESIDENTE (Senival Moura)** – Ok. Então, eu já convido o Dr. Roberto Cimatti para ocupar um espaço na Mesa.

**O SR. ADILSON AMADEU** – Presidente, e tem o representante da CET. O nome?

**O SR. PRESIDENTE (Senival Moura)** – Eu ainda vou chegar na CET. Estou seguindo a ordem. Temos a Secretaria de Mobilidade e Transporte, SPTrans; Secretaria de Segurança Pública. Quem representa a Secretaria de Segurança Pública? (Pausa)

- Manifestação fora do microfone – inaudível.

**O SR. PRESIDENTE (Senival Moura)** – Vou pedir para a assessoria levar o microfone para os representantes se apresentarem, falarem o nome completo. Seria importante. Comandante, se apresente, por favor.

**O SR. PAULO SÉRGIO DE OLIVEIRA** – Muito boa tarde a todos. Tenente-Coronel PM Paulo Sérgio de Oliveira, representando o Secretário de Segurança Pública, o Exmo. General Campos.

**O SR. PRESIDENTE (Senival Moura)** – Ok. Agora, representantes do Conseg. Tem algum representante do Conseg? (Pausa) Não.

Representantes das Polícias Civil e Militar. (Pausa)

**O SR. CAETANO PAULO FILHO** – Polícia Civil: Caetano Paulo Filho, Diretor do Departamento de Inteligência da Polícia Civil.

**O SR. PRESIDENTE (Senival Moura)** – Ok. Empresas de entregas: iFood, Loggi, Tecnologia Rappi Brasil. Têm algum representante? (Pausa)

**O SR. JOÃO SABINO** – Boa tarde, Exa. João Sabino, Diretor de Políticas Públicas e Relações Governamentais do iFood.

**A SRA. ANNA CARVALHIDO** - Boa tarde. Anna Carvalhido, Políticas Públicas do Rappi.

**O SR. PRESIDENTE (Senival Moura)** – Ok. Sindicato dos Mensageiros, Motociclistas, Ciclistas e Mototaxista Intermunicipal do Estado de São Paulo - Sindimotos.

**O SR. GILBERTO ALMEIDA DOS SANTOS** – Gil e toda essa diretoria e militância presentes.

**O SR. PRESIDENTE (Senival Moura)** – Ok. Do Sindicato das Empresas de Distribuição de Entregas Rápidas do Estado de São Paulo – Sedersp, está presente a Dra. Valéria. Pode se manifestar, por gentileza.

**A SRA. VALÉRIA DIAS BEU** – Boa tarde a todos. O meu nome é Valéria Beu, sou Diretora Executiva do Sedersp estou representando o nosso Sindicato, e estamos no aguardo do nosso Presidente, Fernando Aparecido de Souza.

**O SR. PRESIDENTE (Senival Moura)** – Ok. Há representante da Associação Brasileira de Bares e Restaurantes – Abrasel?

**O SR. LEONARDO RAMOS** – Leonardo Ramos, da Abrasel.

**O SR. PRESIDENTE (Senival Moura)** – Ok. Associação dos Motofretistas de Aplicativos Autônomos do Brasil – Amabr. Tem alguém? (Pausa)

Registro a presença do nobre Vereador Camilo Cristófar.

**O SR. CAMILO CRISTÓFARO** – Cumprimento todos: Gringo, representantes todos que estão aqui. Vamos ouvir todos.

**O SR. PRESIDENTE (Senival Moura)** – Ok. Ainda não chegou o representante da Associação dos Motofretistas de Aplicativos Autônomos do Brasil – Amabr.

Da Secretaria de Defesa das Vítimas de Trânsito?

**O SR. LÚCIO CHAMA** – Lúcio Chama, Presidente do Centro de Defesa de Vítimas de Acidentes de Trânsito, e Diretor da Comissão dos Entregadores de Aplicativo de São Paulo.

**O SR. PRESIDENTE (Senival Moura)** – Ok. Associação Brasileira de Mobilidade e Tecnologia - Amobitec. Tem algum representante?

**A SRA. ALINE VIOTTO GOMES** – Aline Viotto Gomes.

**O SR. PRESIDENTE (Senival Moura)** – Ok. Informo que as inscrições, para as pessoas que estiverem de forma virtual, devem ser feitas via *chat*, tendo cada um dos inscritos três minutos para se manifestarem. E os que estão de forma presencial, nós vamos, daqui a instantes, abrir as inscrições.

Daremos início aos nossos trabalhos. Os que já estão inscritos *on-line*, já tenho a relação em minhas mãos. Temos quatro inscritos. São eles, Altemício do Nascimento, Paulo Henrique Gonçalves dos Santos, Lúcio Deodato Machado Almeida, Marli Neves Panão.

Quero, aqui, convidar para fazer parte da Mesa, o Sr. Roberto Cimatti, pelo DTP.

**O SR. ADILSON AMADEU** – Presidente, como nós estamos com dificuldade de funcionários da Casa, que ganham muito bem, eu vou propor que os meus funcionários, os funcionários do seu gabinete e os funcionários do nobre Vereador Camilo nos ajudem nesta audiência. Nós estamos com dificuldade para as pessoas levarem os microfones. São os funcionários da Casa.

Peço aos funcionários da Casa, que estão me ouvindo agora, nós estamos em uma audiência pública, se os senhores puderem descer, pelo menos uma meia dúzia, para ajudar a passar a lista para os nossos convidados, para atender no virtual. Então, os senhores que devem estar tomando um café, já almoçaram, por favor, desçam.

Estou humildemente, Presidente, pedindo, porque uma audiência pública, onde as pessoas hoje precisam trabalhar, estão aqui, vieram aqui, no virtual temos 20, aqui temos 50.

**O SR. CAMILO CRISTÓFARO** – Estão perdendo o dinheiro deles, não é, Vereador.

**O SR. ADILSON AMADEU** – Uma coisa tão séria que essa categoria quer que regulamente, que faça, nós queremos escutá-los. Não dá, é um absurdo isso. Por favor, os senhores, o Diretor da Casa, venha aqui.

**O SR. CAMILO CRISTÓFARO** – Ajudar. O alto salário...

**O SR. PRESIDENTE (Senival Moura)** – Isso faz parte, infelizmente, às vezes acontece, mas também são muitas pessoas, muitos representantes que nós anunciamos, uns estão presentes, outros não, estão de forma virtual, o que hoje é permitido também. De certa forma, acaba causando certa confusão.

Mas quero dizer que a ideia de fazer esta audiência pública é justamente para entendermos um pouco da problemática que anda ocorrendo, em toda a cidade de São Paulo, envolvendo os motofretistas, operadores de aplicativos, essas grandes empresas. Então, queremos entender um pouco melhor, por essa razão temos muitos convidados e de certa forma acaba até acontecendo isso.

Quero consultar com a assessoria, são três representantes, o Presidente da Comissão de Entregadores de Aplicativos de São Paulo, Lúcio Chama, Diretor Social, e Dra. Patrícia Menezes, Diretora Jurídica. Convido a fazer parte da Mesa, se assim for sua vontade, Doutora, pegamos mais uma cadeira para a senhora ocupar um espaço nesta Mesa.

Vou fazer a leitura de um trecho: O uso das novas tecnologias no mundo do trabalho alterou substancialmente a maneira das pessoas viverem e trabalharem. Hoje, muitas famílias pedem comida e se locomovem a partir de aplicativos. Nessa nova lógica muitos trabalhadores e trabalhadoras chegam a trabalhar 12 horas ou mais por dia, fazendo entregas de comidas e outros produtos para sustentar suas famílias. Esses trabalhadores também são submetidos à violência crescente na Cidade e, agora, para agravar a situação surge uma nova modalidade de crime. O aumento dos crimes cometidos por motoqueiros usando bags, disfarçados de trabalhadores.

Então, essa é a razão desta audiência pública. Quero convidar para fazer uso da

palavra os principais representantes. Representando o Governo, está presente o Dr. Roberto Cimatti, do DTP. O senhor quer fazer uso da palavra para falar dos problemas do DTP, como está o cadastramento, se tem, se estão cadastrados, de que forma está acontecendo, como podemos fazer a identificação e separar de melhor forma?

**O SR. ROBERTO CIMATTI** – Nobres Vereadores, hoje, a situação atual de licenças no DTP, existem 8.201 motocicletas cadastradas em situação regular, no DTP. E condutores regulares no DTP, temos 5.480. O universo, tanto de motocicletas quanto de condutores atualmente trabalhando realmente é um número muito superior e representativo em vista do que existe hoje cadastrado no DTP.

Possuímos um canal no Portal 156, que foi disponibilizado aos interessados em se regularizar perante o DTP. É um canal em que eletronicamente entram com as informações e documentos de forma digital e é aberto um processo administrativo SEI automaticamente. E o DTP analisa um a um através do uso de funcionários para verificarem se toda a documentação cumpre com a legislação. Essa é a situação atual que temos hoje perante o Departamento de Transportes Públicos da cidade de São Paulo.

**O SR. ADILSON AMADEU** – Presidente, dentro da primeira fala do nosso Diretor do DTP, dados que já vão constando em cópias taquigráficas, para quando fizermos o projeto precisamos ter. Hoje, então, cadastrados no DTP, motofretistas, quantos nós temos?

**O SR. ROBERTO CIMATTI** – Motofretistas, nós temos aqui cadastrados no DTP, 5.480.

**O SR. ADILSON AMADEU** – Então, cinco mil, e temos a informação que hoje temos de 300 a 500 mil na rua.

**O SR. CAMILO CRISTÓFARO** – É brincadeira.

**O SR. ADILSON AMADEU** – Ok. Então, é um dado importante, só tem cinco mil cadastrados.

**O SR. ROBERTO CIMATTI** – Isso. Motofretistas.

**O SR. ADILSON AMADEU** – E as empresas que conduzem, que não oferecem nada

para eles, também não se preocupam em cadastrar. Então, é só para constar em cópias taquigráficas, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Senival Moura)** – Sim, mesmo porque depois vamos falar sobre o assunto, aí vou abrir a palavra para a Mesa. Quero aproveitar, já convidar, o microfone já está lá próximo, o Tenente-Coronel PM Paulo Sérgio de Oliveira, do Comando da Polícia Militar de Trânsito, policiamento de trânsito.

**O SR. PAULO SÉRGIO DE OLIVEIRA** – Muito boa tarde, Exa., Vereador Senival Moura, que preside esta audiência, na pessoa de quem cumprimento os demais parlamentares; cumprimentar todos os presentes nesta tarde, essa questão que envolve o transporte de pequenas cargas na cidade de São Paulo, conhecido como motofrete, é uma questão antiga, vem por uma legislação desde 2007, que foi regulamentada por lei pela Prefeitura, a Lei 14.491, regulamentada pela Lei 12.009, de 2009, várias resoluções a partir de 2010. Temos uma composição de resoluções, hoje, a 930, que trata do curso, a 943, também resoluções do Contran, do Senatran, que regulamentam a profissão.

A problemática inicial com relação à questão da fiscalização, porque há uma demanda de fiscalização que compete ao DTP e outra demanda que compete à Polícia Militar. Essa questão foi iniciada, a problemática é justamente essa que o Vereador Adilson Amadeu comentou, nós temos uma capacidade muito grande desses trabalhadores e para que eles se regulamentem há a necessidade de possuírem o curso, trazido pela resolução 930, do Contran. Porém, iniciar toda a sistemática de regulamentação, vai lá no DTP, tira o Condumoto, a licença, regularizar a moto, colocar placa vermelha e exercer realmente a atividade do motofrete, seja por aplicativo, seja pelo sindicato, seja pelo entregador que tem lá um comércio e vai fazer a entrega dele, com exceção do Correio.

E nessa questão a problemática é justamente essa, não temos uma demanda tão grande para que os motofretistas consigam se regulamentar pelo curso, hoje temos o Sest Senat, a CET, que oferece esse curso, mas a capacidade é muito grande e aumentou exponencialmente, hoje nós temos uma quantidade muito grande. Então, entendemos que tanto,

que trabalhamos numa questão legalista, temos uma norma a ser cumprida. Temos uma outra problemática também, que em outros municípios da região metropolitana não fizeram como São Paulo, que regulamentaram essa atividade nos seus municípios. Então, temos um monte de questões a serem pautadas.

Então, para não prejudicar essa categoria extremamente importante, principalmente na passagem da pandemia com relação às entregas, eles não pararam, nós temos de fazer uma composição. Hoje nós temos um grupo de trabalho, está aqui o Dr. Caetano, representando a Polícia Civil; eu, Tenente Coronel Paulo Oliveira, da Polícia Militar; e a temática hoje é a questão de segurança pública, justamente os roubos praticados por supostos entregadores que usam a moto, se transvestem de entregadores e praticam roubo em determinadas áreas, que são estudadas pelo RDA, a Polícia Militar e a Polícia Civil estuda esses locais, para a gente tentar viabilizar um melhor policiamento nessas regiões para justamente evitar esse tipo de delito, que está trazendo uma pecha negativa para essa categoria.

Antigamente a pecha era que motofretista quebrava retrovisor, malcriado. Hoje, infelizmente, está entrando com essa pecha de que está praticando delitos. Então, a questão é essa, principalmente a questão do custo com relação à fiscalização. E a ideia, talvez, seja uma composição, a ideia é até propor futuramente um novo calendário, que já teve calendários de regulamentação da categoria, ver qual é a disponibilidade dos órgãos que fazem regulamentação para que a gente possa fazer por fila 01, 02, 03, 04, e a gente vai fiscalizando futuramente os inícios de placas.

Essa questão da *bag* realmente, a legislação não permite o uso da *bag*, que hoje é utilizada para fazer esse tipo de transporte; mas já tem alternativas de *bags* que são colocadas que têm a mesma disposição, a mesma altura, o mesmo diâmetro. Então, tem uma série de recursos que podem ser avaliados e, futuramente, talvez, com regulamentação e fiscalização, reduza pelo menos essa questão de segurança pública, que é a nossa preocupação; também sobre essa questão do sinistro de trânsito, os óbitos decorrentes de sinistros de trânsito, e a gente.



E a gente tem em mente essa composição e tanto a categoria, como o Poder Público, conseguir fazer essa fiscalização e todos conscientes de que a categoria consiga exercer a sua atividade.

**O SR. PRESIDENTE (Senival Moura)** – Ok. Essas foram as palavras do Tenente Coronel Paulo Oliveira, do Comando de Policiamento de Trânsito.

Tem a palavra o Dr. Caetano Paulo Filho, Diretor do Departamento de Inteligência da Polícia Civil.

**O SR. CAETANO PAULO FILHO** – Boa tarde, Vereador Senival Moura, na pessoa de quem eu já cumprimento os integrantes da Mesa, todos os presentes, também aqueles que estão participando virtualmente.

Eu peço escusas a V.Exa. pelo meu atraso, eu estava numa audiência também no TJ. Mas, como bem disse o Coronel Paulo, nós integramos um grupo de trabalho na Secretaria de Segurança Pública de São Paulo. O nosso Governador está muito preocupado com todos os acontecimentos envolvendo pessoas que se passam pelos senhores.

Infelizmente, não é um privilégio dessa categoria, também temos pessoas que se passam por policiais, pessoas que tentam burlar as leis e denigrem a nossa imagem. Então, nós estamos trabalhando há algum tempo, estamos realizando reuniões semanalmente, as empresas estão colaborando, estão participando, já temos uma data com o Presidente do sindicato dos senhores, nós vamos chegar a um denominador, nós temos que separar o joio do trigo.

Pessoas de bem vão trabalhar tranquilamente, mas aqueles que querem estar às margens das leis, ou seja, os marginais, nós temos que combater. E quando nós falamos em combater, é com a colaboração de todos. Não só as forças de segurança terão de cumprir as suas obrigações, mas também precisamos da colaboração dos senhores, que também são interessados para que a pecha não fique em cima dos senhores. Então nós também estamos fazendo todo um trabalho muito tranquilo, com as diretrizes do nosso Secretário General Campos, estamos seguindo todos os passos com as empresas e a parte tecnológica vai nos

ajudar muito e ajudar também aos senhores.

Então, é um trabalho complexo, mas vai dar certo porque, queira ou não, nós temos que combater os marginais, aqueles que estão afrontando as sociedades. E, como bem disse o Coronel Paulo, ainda estamos vivenciando uma pandemia e, graças aos senhores, aos nossos familiares, a nós mesmos, tivemos as nossas comidas em casa, tivemos aquilo que nós adquirimos e os senhores que lutaram durante a pandemia.

Nós vamos trabalhar em conjunto, vai dar certo, porque nós vamos ter que pegar quem estiver agindo fora da lei, para não mais cometer crimes bárbaros, como estão cometendo na Cidade, também na Grande São Paulo.

Estamos à disposição, a Polícia Civil está atenta, nós estamos com operações em andamento, a Operação Sufoco, na Cidade, que foi uma determinação do nosso Governador, do nosso Secretário. E quando nós realizarmos, tanto a Polícia Civil, quanto a Polícia Militar, aqueles trabalhos de abordagem, de parar os motoqueiros, será muito tranquilo porque nós teremos um diferencial para saber quem está ali que não deveria estar em cima de uma moto e quem é trabalhador de bem.

É isso, Vereador. Estamos à disposição para qualquer questionamento.

**O SR. PRESIDENTE (Senival Moura)** – Ok. Tem a palavra a representante da SMT, Sra. Michele Perea, que participará de forma virtual.

**A SRA. MICHELE PEREA CAVINATO** – Boa tarde, Vereador. As nossas ações estão bastante focadas na segurança do motociclista. Então, a Secretaria implantou o projeto Faixa Azul recentemente, é um projeto-piloto, na av. 23 de Maio; nós implantamos o programa Frente Segura, que são aqueles boxes, aquela acomodação mais segura para os veículos de duas rodas. Já foram quase mil box implantados desde o começo desse programa. E, em breve, nós retornaremos com a ação do Motociclista Seguro, que é uma blitz educativa feita em parceria com a Polícia Militar. E nós trabalhamos com cursos oferecidos pela CET e pelo Cetet, na formação do motofretista, na atualização do motofretista e o curso de pilotagem segura. Mas por enquanto alguns atendimentos presenciais ainda estão suspensos.

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE (Senival Moura)** – Tem a palavra a Dra. Patrícia Menezes, Diretora Jurídica.

**A SRA. PATRÍCIA MENEZES** – Boa tarde a todos. Eu queria agradecer aos Vereadores da Mesa essa autorização para vir falar dessa questão tão importante hoje dos nossos entregadores. Estou muito honrada de fazer parte deste debate nesta Casa Legislativa.

Sou Advogada, Diretora Jurídica da Comissão dos Entregadores por Aplicativo de São Paulo, também do Centro de Defesa das Vítimas de Trânsito. A nossa Comissão tem como objetivo trazer a pauta sobre a criminalização, que os nossos entregadores por aplicativos vêm sendo rotulados de criminosos devido a esses acontecimentos recentemente, esses vários episódios de violência na cidade de São Paulo.

Nós temos também como foco não só isso, mas a luta pela categoria. E isso é muito importante. A nossa categoria entende que nós não podemos ter apenas um regramento como temos, a Lei 11.491/2007. Sabemos que as plataformas de aplicativo surgiram em torno do ano de 2011. E, senhores, a tecnologia avançou desde então. São muitos anos. E, claro, nós temos que reconhecer que houve um boom em 2020, em que teve a pandemia da Covid-19, em que os nossos entregadores foram verdadeiros heróis. Enquanto estávamos querendo nos resguardar do vírus, eram esses heróis que estavam na linha de frente.

Queria também aproveitar e trazer o nosso entendimento sobre as categorias.

Nós entendemos que nós temos três categorias de profissionais: o motoboy CLT, aquele que é registrado em carteira; o motofretista, placa vermelha, que é aquele que tem o baú e que faz algumas entregas, como entregas de documentos e cargas pequenas. Reconhecemos isso. Só que temos também que reconhecer outra categoria, que é a de entregadores por aplicativos, porque nós não podemos colocar todos sob o mesmo regramento, porque são diferentes.

- Manifestação fora do microfone.

**A SRA. PATRÍCIA MENEZES** – Precisamos...

**O SR. PRESIDENTE (Senival Moura)** – Eu vou pedir...

Calma aí, vocês vão ter a oportunidade para se manifestar. Vocês serão inscritos.

Ela está falando, vamos ouvir, e depois vocês vão falar também. Calma.

**O SR. GILBERTO ALMEIDA DOS SANTOS** – Posso falar?

**O SR. PRESIDENTE (Senival Moura)** – Gil, agora, não.

**O SR. GILBERTO ALMEIDA DOS SANTOS** – (Fora do microfone) – Porque tem uma representante aí na mesa. E a representante não está aí por quê?

**O SR. PRESIDENTE (Senival Moura)** – Não comporta todos aqui.

**O SR. GILBERTO ALMEIDA DOS SANTOS** – (Fora do microfone) – ...ela na rua, não.

**O SR. PRESIDENTE (Senival Moura)** – Não comporta todos.

**O SR. GILBERTO ALMEIDA DOS SANTOS** – (Fora do microfone) – Então mande ela descer para baixo.

**O SR. ADILSON AMADEU** – Pela ordem, Sr. Presidente.

- Manifestação fora do microfone.

**A SRA. LUANA ALVES** – E se alternarmos as falas, Sr. Presidente?

**O SR. PRESIDENTE (Senival Moura)** – Eu vou pedir calma.

Primeiro porque não é assim que se reage.

**A SRA. LUANA ALVES** – Alternar as falas.

**O SR. PRESIDENTE (Senival Moura)** – Aqui são os convidados.

**O SR. CAMILO CRISTÓFARO** – Pessoal, por favor.

**A SRA. LUANA ALVES** – E se alternarmos as falas, Sr. Presidente?

- Manifestações no recinto.

**O SR. PRESIDENTE (Senival Moura)** – Calma aí, meu camarada, você vai poder falar.

Ela disse que queria vir fazer parte da Mesa, ninguém questionou nada. Vocês deveriam ter questionado nesse momento. Depois vocês vão falar normalmente.

**A SRA. PATRÍCIA MENEZES** – Nós não vamos nos intimidar. Nós não vamos.

**O SR. PRESIDENTE (Senival Moura)** – Eu não sei da disputa...

**A SRA. LUANA ALVES** – Senival, e se alternar as falas, uma e outra?

**O SR. CAMILO CRISTÓFARO** – Sr. Presidente, pela ordem, um minuto.

**A SRA. LUANA ALVES** – Senival, posso fazer uma proposta?

**O SR. CAMILO CRISTÓFARO** – Pessoal... pessoal!

Quero deixar uma coisa clara...

**A SRA. LUANA ALVES** – Alterne as falas, Senival.

**O SR. PRESIDENTE (Senival Moura)** – Vamos organizar as coisas.

Eu não sei quem representa quem. Eu não sei.

- Manifestação fora do microfone.

**O SR. PRESIDENTE (Senival Moura)** – Tudo bem. Eu não estou dizendo que ela  
representa.

- Manifestação fora do microfone.

**O SR. PRESIDENTE (Senival Moura)** – Vamos nos comportar, que realizamos a  
audiência pública na boa. Não tem problema algum. Mas o que eu vou pedir a vocês é o seguinte:  
vocês vão ter o momento de vocês de falar, sem problema algum; ela vai terminar a fala dela.

**A SRA. PATRÍCIA MENEZES** – Eu já estou no fim.

**O SR. PRESIDENTE (Senival Moura)** – Não tem problema vir um de vocês para  
representar. O mesmo tempo que ela usar, vocês vão usar. Se há algo que vai ter aqui é  
equilíbrio.

**O SR. GILBERTO ALMEIDA DOS SANTOS** – É um desprestígio da categoria, do  
sindicato e das nossas instituições aqui presentes nesta Casa. Não tem bobo. É um desprestígio.  
Eu nunca vi...

**O SR. PRESIDENTE (Senival Moura)** – Eu acho que o desrespeito é o  
comportamento.

**O SR. CAMILO CRISTÓFARO** – Pessoal, deixem só ela encerrar, que vocês vão

subir.

**O SR. PRESIDENTE (Senival Moura)** – O mesmo tempo que ela falou, vocês vão falar. Não tem problema algum.

- Manifestações no recinto.

**O SR. ADILSON AMADEU** – Pela ordem, Sr. Presidente.

- O Sr. Presidente faz soar a campainha.

**O SR. GILBERTO ALMEIDA DOS SANTOS** – Se tirar alguém aqui, vai sair todo mundo da audiência. Se tirar alguém daqui, todo mundo vai sair.

**O SR. ADILSON AMADEU** – Gil, espere um pouquinho. Deixe eu...

**O SR. CAMILO CRISTÓFARO** – Ninguém vai sair.

**A SRA. LUANA ALVES** – Não vai tirar ninguém daqui, não.

**O SR. ADILSON AMADEU** – Pela ordem, Sr. Presidente. Eu posso falar um minutinho?

- Manifestação fora do microfone.

**O SR. ADILSON AMADEU** – Eu posso falar um minuto?

**O SR. PRESIDENTE (Senival Moura)** – Eu acho que, para falar, Vereador Adilson, as pessoas... Cada um vai ter o seu momento de falar, não precisam se estressar. Não tem motivo para isso. Não tem razão para isso.

**O SR. ADILSON AMADEU** – Sr. Presidente, eu pedi pela ordem. Só um minuto.

Olha, vamos combinar uma coisa aqui: ninguém é adivinho, e o Presidente foi pegando os nomes pela Assessoria. Ok, não era para estar aqui, era para estar embaixo, já começou. Vamos ter respeito uns com os outros.

Nós, Vereadores desta Comissão, que estamos sempre dando muita atenção aos senhores, e os senhores estão pondo lá o projeto tal, o projeto aquele, nós dependemos também dos senhores para sairmos com um projeto que tenha sustentação pelo senhores, sindicato, associação ou coisa parecida. Agora, nós vamos sair, vamos deixar vazio? Vocês façam o que vocês querem...

**O SR. GILBERTO ALMEIDA DOS SANTOS** – Se não tiver...

**O SR. ADILSON AMADEU** – Façam o que vocês quiserem! Não vai ser assim.

Gil, não vai ser assim!

**O SR. GILBERTO ALMEIDA DOS SANTOS** – Vai ser de que jeito?

**O SR. ADILSON AMADEU** – Se não tiver um comportamento com esta Mesa...

**O SR. GILBERTO ALMEIDA DOS SANTOS** – A Mesa não teve conosco.

**O SR. ADILSON AMADEU** – Teve. É por isso que você está aí e vai ter a fala assegurada.

Já tivemos as falas do Cel. da Polícia Militar, da Polícia Civil, cuja presença só temos que agradecer; e outras falas do DTP. Então não vamos tumultuar de maneira nenhuma, vamos levar até o fim esta audiência, para que ganhemos tempo, e vocês tenham a tranquilidade, a segurança, de poder exigir alguma coisa desta Casa; porque, senão, vocês não vão exigir nada nesta Casa, não. Vamos deixar isso claro.

**O SR. PRESIDENTE (Senival Moura)** – Primeiro, a Vereadora Luana já havia solicitado pela ordem antes. Eu só quero combinar...

**A SRA. LUANA ALVES** – Eu tenho uma proposta, por favor.

**O SR. PRESIDENTE (Senival Moura)** – Calma, Luana. Você vai falar. Só um segundinho.

**A SRA. LUANA ALVES** – Eu estou tranquila, Senival, eu só pedi a palavra. Eu estou tranquila. Eu só pedi a palavra para você.

**O SR. PRESIDENTE (Senival Moura)** – Vamos organizar, porque, se não tivermos organização, nós não tocamos a nossa audiência.

Houve um princípio de confusão porque eu não sabia dessa divergência interna, ninguém aqui tem bola de cristal.

Então o que eu peço a vocês é calma, que vocês vão ter o momento de falar. E se for para falar aqui, fala, se for para falar lá, fala, não tem problema algum, agora precisa ter calma.

Eu não sei da divergência que há no segmento de vocês. Já entendi agora que tem uma grande divergência. Já está entendido.

Agora o que eu peço para vocês é calma.

Eu vou passar a palavra para a Vereadora Luana. Depois, eu vou passar a palavra para o Vereador Camilo Cristóforo, para a doutora, que encerra a fala dela. E aí nós vamos abrir para os inscritos dentre vocês falarem.

**A SRA. LUANA ALVES** – É apenas uma proposta, eu estou bem calma.

Eu acho que existe uma necessidade legítima para que quem não está na Mesa se expressar, falar. O que eu proponho é que façamos alternância: uma pessoa da Mesa e uma pessoa que não está na Mesa consiga vir ao púlpito e falar. É a minha proposta.

A doutora pode terminar a fala dela. E, logo após, vir alguém – que pode ser o Gilson, pode ser o Gringo, alguém que represente –, após a fala dele, e ocupe o púlpito. É uma proposta para fazermos alternadamente, Senival.

**O SR. PRESIDENTE (Senival Moura)** – Já está inscrito, não precisa de nada disso.

Está inscrito, vai falar.

**O SR. CAMILO CRISTÓFARO** – Pela ordem, Sr. Presidente.

Exatamente.

Eu acho que isso que foi falado agora é o que vai acontecer, pessoal.

**O SR. PRESIDENTE (Senival Moura)** – E é o que já estava programado.

**O SR. CAMILO CRISTÓFARO** – E outra coisa: quem está colocando a lei 130/19, tem uma lei junto com a do Adilson Amadeu, que a nossa lei vai caminhar junto. Nós, aqui, representamos motofretistas da cidade de São Paulo, aqui ninguém representa aplicativo. Quero deixar bem claro. Tanto é que o Vereador Adilson Amadeu é presidente da CPI do Aplicativo e eu sou o Relator. Então vamos deixar bem claro: nós abrimos as portas para vocês, vocês vão ter fala, não precisa A ou B dizer que vocês vão ter fala. Vocês vão ter a tribuna para falar. O Presidente Senival já colocou isso. Agora deixa só a senhora acabar o finzinho que ela tinha a relatar, que aí vamos chamá-los para ouvi-los todos.



**A SRA. LUANA ALVES** - Aqui no púlpito.

**A SRA. PATRÍCIA MENEZES** - Okay. Só para esclarecer uma questão.

**O SR. PRESIDENTE (Senival Moura)** - Conclua a sua fala, por gentileza.

**A SRA. PATRÍCIA MENEZES** - Gostaria só de esclarecer a questão, eu não estou representando aplicativos. Eu represento os entregadores, só para deixar claro.

- Manifestações no recinto.

**O SR. PRESIDENTE (Senival Moura)** - Terminou, doutora?

**A SRA. PATRÍCIA MENEZES** - Não, eu posso acabar? Eu queria dialogar. Eles não me deixam falar, né? Que coisa. Olhem os entregadores lá, quem eu represento. Tamo junto.

**O SR. PRESIDENTE (Senival Moura)** - Pessoal, vamos nos reorganizar para continuarmos os nossos trabalhos. Vou pedir que os senhores estejam calmos. Pessoal, nós precisamos retomar os trabalhos, vou pedir calma a vocês, porque o que estamos entendendo é que a audiência pública é para cuidarmos de algo muito importante para o segmento de vocês. É para tratar dos segmentos e não de divergências. Não é audiência pública para tratar de divergência entre segmentos.

Vou convidar o próximo para fazer uso da palavra...

**A SRA. LUANA ALVES** - Calma aí.

**O SR. CAMILO CRISTÓFARO** - Está encerrando a fala aqui, Presidente.

**A SRA. LUANA ALVES** - Olha, ele encerrou a fala, outra pessoa vai vir aqui no púlpito, por favor, gente. Algum representante, gente, por favor. Por favor, algum representante para vir aqui falar no púlpito.

- Manifestações no recinto.

**O SR. CAMILO CRISTÓFARO** - Vamos colocar ordem na Casa, por favor. Gil, vamos colaborar. Gringo, vamos colaborar. Pronto, já está tudo apaziguado.

**A SRA. LUANA ALVES** - Vamos passar a fala, pronto. Vamos passar a fala para a próxima entidade. Por favor, Presidente.

- O Sr. Presidente faz soar a campainha.

**O SR. CAMILO CRISTÓFARO** - Pessoal, por favor. Pessoa, acalmou. Vamos lá.

Agora vai falar a parte de vocês.

**A SRA. LUANA ALVES** - Presidente, por favor, chame a próxima entidade para fazer a fala no púlpito.

**O SR. PRESIDENTE (Senival Moura)** - Bom, nós vamos continuar o nosso trabalho. Vou convidar a fazer uso da palavra de forma virtual, representando a CET, o Sr. Luís Fernando. Ele está presencialmente, pegue o microfone, Luis, por gentileza. Fique à vontade para falar.

**O SR. LUÍS FERNANDO** - Vereador Senival Moura, uma boa tarde. Agradeço o convite, estou representando o Presidente da CET, o Jair de Souza Dias.

Da parte da CET, além do que a Michele Perea falou, com relação à questão do motofretista, o treinamento que a lei determina é justamente para garantir um melhor treinamento, uma melhor condição de segurança, visando à questão de proteção, inclusive do motorista e do motociclista no trânsito.

A CET está fazendo um grande esforço para ampliar através de EAD os cursos de motofretista. Então, a questão principalmente é o treinamento, que é fundamental para melhorar a condição de segurança dos motociclistas na cidade de São Paulo.

É isso que eu gostaria de colocar.

**O SR. PRESIDENTE (Senival Moura)** - Você já finalizou ou quer continuar falando, Luís?

**O SR. LUÍS FERNANDO** - Não é que a questão do treinamento, a questão de ser placa vermelha e do treinamento visa basicamente a questão da segurança. Esses motociclistas são treinados.

**O SR. CAMILO CRISTÓFARO** - Luís, você me permite, Presidente?

**O SR. PRESIDENTE (Senival Moura)** - Pode continuar.

**O SR. LUÍS FERNANDO** - Então, a questão fundamental, antes de qualquer outra coisa, é que na cidade de São Paulo, hoje, quem mais morre no trânsito são motociclistas, profissionais ou não profissionais. Mas, essa é uma grande preocupação da Prefeitura, da

Secretaria, da Companhia de Engenharia de Tráfego.

Então, essa questão passa por uma melhor formação, um melhor treinamento e este ponto é que hoje a gente assiste um crescimento das mortes de motociclistas na cidade de São Paulo na média de 16% ao ano. E isso tem muito a ver com pessoas que hoje trabalham na questão de entrega sem preparo, sem formação, sem treinamento. Então, muito do problema que a gente enfrenta hoje é por falta dessa questão do treinamento.

E a outra questão é que como a grande maioria não tem cadastro, o controle por parte do Poder Público é muito deficiente, porque hoje não se sabe quem é quem em cima de uma motocicleta fazendo entrega.

Então, essas são as questões que precisam ser abordadas aqui nessa CPI. (Palmas)

**O SR. CAMILO CRISTÓFARO** - Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Senival Moura)** - Okay, Luis Fernando.

**O SR. LUÍS FERNANDO** - Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Senival Moura)** - Essas foram as palavras do Sr. Luis Fernando, representando a CET, que veio fazer um esclarecimento e tentar ordenar os trabalhos, pois a ideia é fazer as coisas ordeiramente, principalmente respeitando uns aos outros, independentemente de divergências internas. Não estamos aqui para tratar divergências internas e sim tratar algo muito importante para toda a população da cidade.

**O SR. CAMILO CRISTÓFARO** - Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Senival Moura)** - Já vou lhe passar pela ordem.

**O SR. CAMILO CRISTÓFARO** - É que eu quero falar com o Luís Fernando, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Senival Moura)** - Sim, estou terminando, já vou passar pela ordem para V.Exa. Então, o que a gente quer é organizar, senão não teria sentido chamarmos uma audiência pública.

Pela ordem, nobre Vereador.

**O SR. CAMILO CRISTÓFARO** - Primeiro, eu queria cumprimentar o Tenente

Coronel, do Comando e Policiamento de Trânsito do Estado de São Paulo, gloriosa corporação, Coronel Paulo Oliveira; o nosso queridíssimo Delegado de Polícia, Dr. Caetano, pela presença de vocês.

Luís, eu o conheço há mais de 30 anos, não vamos falar a nossa idade. Fui gerente, superintendente e presidente da CET. Estivemos eu, o Senival e o Adilson Amadeu com o Secretário Ricardo Teixeira. Vereador Adilson, confirme as minhas palavras, por favor.

O Secretário disse o seguinte: que para treinar hoje o número de motofretistas é impossível. Então, nós dissemos... estamos falando de cinco mil, dez mil, nós precisamos treinar 300 mil. Não, está bom, estou dando um número genérico. Nós temos mil, temos 70 mil. Então, a proposta que o Secretário nos trouxe, a mim, ao Senival e ao Adilson, vamos primeiro regularizar a categoria para depois começar a fazer os treinamentos, porque não haverá estrutura para isso.

Quando falamos em regularizar a categoria, ninguém terá obrigatoriedade de usar a placa vermelha. É isso que pessoas não... Quem tiver a placa vermelha, terá mais vantagens. Agora, a Prefeitura também tem de arcar com os custos dos motofretistas, porque é muito caro hoje migrar para uma placa vermelha. Nós também sabemos disso.

Então, hoje, esses heróis que estão aqui, que são os heróis da covid, estão hoje misturados com meia dúzia de bandidos que estão nas ruas usando as propagandas de aplicativo. Então, nada como colocar uma placa num baú e uma placa na moto para identificá-los, que são gente do bem.

Eu queria perguntar a você sobre o treinamento. Vamos abrir o jogo aqui, porque com a gente não tem mentirinha. O treinamento hoje é possível para o número de motofretistas que existem na cidade?

**O SR. LUÍS FERNANDO** - A estrutura que havia até agora na CET era o treinamento presencial, que tinha uma capacidade pequena. Por determinação do Secretário Ricardo Teixeira...

**O SR. CAMILO CRISTÓFARO** – Isso foi um acordo com a gente.

**O SR. LUÍS FERNANDO** – Foi determinado e está sendo feito o EAD, vai ser feito por EAD. Agora está só negociando com a Vanzolini fazer a questão do reconhecimento biométrico para fazer o curso. E aí a gente pode expandir isso para 25 mil, 30 mil pessoas. (Palmas)

**O SR. CAMILO CRISTÓFARO** – Ótimo. Muito bom.

**O SR. LUÍS FERNANDO** – A previsão, o chamamento público agora é em junho, então a gente acredita que até o começo de agosto...

**O SR. CAMILO CRISTÓFARO** – Ou seja, será virtual.

**O SR. LUÍS FERNANDO** – Virtual. Aí a questão que fica faltando é a questão do treinamento prático, que vai ser feito *a posteriori*.

**O SR. CAMILO CRISTÓFARO** – Exatamente, porque não tem condições hoje de segurar uma massa dessas, o Cetet não tem como atender isso.

**O SR. LUÍS FERNANDO** – Nós temos cinco motos para fazer.

**O SR. CAMILO CRISTÓFARO** – Parabéns, Luís.

**O SR. LUÍS FERNANDO** – Obrigado, Vereador.

**O SR. CAMILO CRISTÓFARO** – Presidente, obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Senival Moura)** – Vamos fazer as coisas organizadas; pelo menos esperamos que seja daqui para frente. Nós não vamos fazer *feedback*, nós vamos fazer aqui um debate, então vai ter um inscrito, vai falar. Você gostando ou não de ouvir, você vai ter oportunidade de contraditar, de falar. Então quero combinar isso com a Mesa, senão a gente não vai ouvir os inscritos. Audiência pública funciona dessa forma para a gente entender os problemas, o que está acontecendo.

E nós aqui, nenhum vereador tem nada a ver com divergência interna de segmento, quero deixar claro isso. Não temos nada a ver com divergência de segmento. Pode ser que o Vereador Adilson sabia, pode ser que o Vereador Camilo... Eu não sei de divergência interna. Luana, eu presumo que não também.

Convido a fazer uso da palavra o Gil Almeida dos Santos. (Palmas)

**O SR. CAMILO CRISTÓFARO** – Toma um Frontal.

**O SR. PRESIDENTE (Senival Moura)** – Sindicato dos Mensageiros Motociclistas.

Pode usar a tribuna, fique à vontade para usar, pode usar exatamente o tempo que foi usado aqui pela Dra. Menezes.

**O SR. GILBERTO ALMEIDA DOS SANTOS** – Boa tarde a todos. Todo mundo aí já me conhece, sou o Gil, Presidente do Sindicato dos Motoboys de São Paulo. Não estamos aqui para tentar tirar o emprego de ninguém, como muitas empresas de aplicativos estão vendendo por aí.

Quero corrigir uma fala do Presidente Senival Moura: não tem divergência com o Sindicato nem com a Associação nem com nenhum outro grupo. A divergência foi só, e que nos trouxe surpresa, foi a gente ver uma representante sentada à mesa, a qual eu, que milito no movimento há mais de 25 anos, não conheço. Foi só isso. Se estivesse aqui embaixo não ia ter divergência nenhuma, pelo menos da minha parte.

Então vamos lá. Eu ouvi a fala do companheiro Delegado da Polícia Civil e já fiquei preocupado, porque essas empresas de aplicativo, nós estamos encarando-as no Ministério Público há mais de cinco anos. Tem mais de 800 inquéritos do Ministério Público, onde aponta toda a maracutaia dessas empresas.

Tudo que essas empresas querem é um punhadinho de letras num papel para o Prefeito sancionar e eles se livrarem das pinças que estão rolando no Judiciário contra elas. Então o que a gente vê e o que o Sindicato enxerga é que é uma manobra clara das empresas para se desenquadrar da lei que regulamenta a nossa atividade, para poder continuar precarizando e bagunçando a rua do jeito que está, entendeu?

Isso, juridicamente, politicamente pode até ser que vá, mas juridicamente não tem como ir. A categoria tem três leis federais, uma lei municipal e as suas portarias. E aqui eu quero deixar a minha indignação com o Município, que parece que ele está adormecido, o Estado e o Município. Porque o Governador, em vez de ele chamar as instituições que representam a classe trabalhadora para conversar, na calada da noite ele sentou com a Rappi e com a IFood, e aí,

meu nobre Delegado, as empresas que são as causadoras dessa bagunça toda já apresentaram a solução da lavoura. O Governador levou a raposa para tomar conta do galinheiro. Aí agora o IFood e a Rappi vão apresentar um QR Code como a salvação da lavoura. Nós estamos no meio e isso não vai resolver.

Eu vou ser breve, que eu não sei qual é o tempo da minha fala, mas é o seguinte: hoje a gente tem uma lei aí, da forma que está ela está impraticável, não dá para ir. Então qual é a sugestão para resolver a curto prazo a situação?

**O SR. CAMILO CRISTÓFARO** – Gil, me permite só cumprimentar a presença do Vereador Alfredinho, que está aqui, por favor. Vereador Alfredinho.

**O SR. PRESIDENTE (Senival Moura)** – Vou pedir para os vereadores: por gentileza, não interrompam a fala de ninguém. Ao término da fala eu vou anunciar...

**O SR. GILBERTO ALMEIDA DOS SANTOS** – Vamos lá.

**O SR. PRESIDENTE (Senival Moura)** – Só um segundinho.

**O SR. GILBERTO ALMEIDA DOS SANTOS** – Só para eu abrir a fala para os outros também falarem.

**O SR. PRESIDENTE (Senival Moura)** – Gil, só um segundinho. Ao término da fala de cada um a gente anuncia, para não interromper a fala de ninguém.

Vai lá, Gil.

**O SR. GILBERTO ALMEIDA DOS SANTOS** – Então vamos lá. Qual é a proposta que o Sindicato apresentou para quem nos procurou? Secretário de transporte, pessoal da Secretaria de Segurança Pública e Detran. Qual seria a alternativa para esse negócio não ficar na mão das raposas? Quem são as raposas? Nesse caso aqui eu dou nome. São o IFood e o Rappi, porque as outras empresas de aplicativos, embora esteja tudo errado, pelo menos já cumprem algumas regras.

Então qual seria regra de início imediato? Um cadastramento geral, que quem tem que ficar com esse cadastramento é o Município, não as empresas. Um adesivo para colocar no baú, em vez das *bags*. Todos vão poder ter um adesivo com a numeração da placa, uma licença

provisória para colocar ali e, dentro de um período de um ano, um ano e meio, que a Prefeitura, junto com a Comissão, o Estado, Polícia Militar, Polícia Civil e todo mundo possa acompanhar e, de uma certa forma, a gente conseguir avançar dentro do processo de regulamentação.

Quem é que vai dar esses baús? É o IFood, porque uma *bag* custa 80 reais e um baú 150 reais. Meus nobres vereadores, vocês sabem por que o IFood não quer a lei da *bag*? Porque ele tem que pagar um aluguel de equipamento de 700 reais para cada trabalhador, por isso que ele não quer. Sendo que hoje a *bag* é uma situação proibida por lei, ela causa acidente, ela estraga a coluna do cara, e tem cara aí levando peça de moto, compra de supermercado dentro de uma *bag*. Não tem como.

Então o que é que nós, como Sindicato, conseguimos enxergar? Dá para deixar bagunçado? Não dá. Dá para ir a ferro e fogo do jeito que está? Não dá. Então qual seria o papel do Município, entendeu? Fazer um pré-cadastro geral de todo mundo, identificar todo mundo, liberar um número de licença provisória, todo mundo vai ter que usar baú se quiser ficar na profissão, e botar lá a numeração.

Dentro de um período, é óbvio, associações, sindicatos, todo mundo vamos trabalhando para que o negócio ande, porque o que a gente vê é que há um grande *lobby* de duas ou três empresas para tentar construir leizinha para poder tentar desvirtuar todo o mecanismo da regulamentação da atividade. Foi assim lá em Brasília, foi assim com a lei trabalhista. Caramba!

Eu posso pegar uma perua aqui, Senival Moura, e colocar aqui da Praça das Bandeiras a Terminal São Mateus? Eu posso pegar uma perua minha hoje e colocar do Terminal Bandeira ao Terminal São Mateus ou Terminal Grajaú? Eu posso?

**O SR. PRESIDENTE (Senival Moura)** – Há um contrato de transporte público. Lógico que não.

**O SR. GILBERTO ALMEIDA DOS SANTOS** – Então? Mas por que o IFood pode explorar uma atividade de risco, por lei, dentro do Município de São Paulo, desvirtuando a cidade de que forma? (Palmas) Não é só a iFood, são 70 empresas.



O Sindicato não é contra a tecnologia, mas a galera está massacrada. Hoje até o sistema que rege a periferia está contra o uso da *bag*, e o Governo do Estado vai lá num amor danado com o iFood e fala que está tudo resolvido, que está bom. Não está bom, entendeu? Tem que regularizar e as empresas têm que pagar o uso adequado da ferramenta, porque carregar peça, carregar baú na moto desgasta a moto e as empresas, seja CLT ou de aplicativo, têm de pagar. Ponto e acabou.

É isso, a minha fala é essa. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Senival Moura)** – Antes de convidar o próximo, registro a presença do nobre Vereador Alfredinho, que convido para fazer parte da Mesa.

Convido o próximo a fazer uso da palavra de forma virtual, que é o Sr. Sabino, representante do IFood. Depois, o próximo a fazer uso da palavra, antes da manifestação de vocês, será o Sr. Edgar Gringo, da Amabr. Então primeiro o iFood, depois o Gringo, de forma virtual.

**O SR. JOÃO SABINO** – Boa tarde, Vereador Senival. Agradeço a gentileza...

**O SR. PRESIDENTE (Senival Moura)** – O senhor tem entre 3 e 5 minutos para fazer uso da palavra.

**O SR. JOÃO SABINO** – Está ótimo. Muito obrigado. Agradeço a palavra em nome de quem também cumprimento toda a Mesa e os demais presentes nessa audiência pública.

Primeiramente, Vereador, gostaria de falar sobre a questão dos assaltos cometidos por falsos entregadores – é importante que isso fique bem claro. Quem está cometendo crimes, na rua, hoje não são entregadores, não são entregadores de aplicativos. Criminosos estão se utilizando de *bags* ou de uniformes para cometer crimes. O iFood não compactua nem tolera casos de violência urbana. Nós estamos totalmente à disposição da segurança pública, para colaborar na ilustração desses crimes. Temos compartilhado dados das rotas dos entregadores para mostrar que os entregadores que estão em rota, fazendo um trabalho digno, não são esses criminosos que estão assaltando e se utilizando indevidamente o nome de uma profissão.

Temos trabalhado em conjunto com todos os órgãos da Segurança Pública. O

Coronel Paulo e o Delegado Dr. Caetano, que estão presentes aí nessa audiência pública, já falaram anteriormente que fazem parte do grupo de trabalho, junto com outros aplicativos; e temos construído soluções tecnológicas para se diminuir o crime e fazer uma repressão eficiente contra o crime. Estão compartilhando dados com o Detecta e com o sistema de segurança da Secretaria de Segurança Pública. É muito mais fácil, rápido separar o joio do trigo, como bem mencionou o Delegado Dr. Caetano.

Então, acreditamos que essa parceria que já está funcionando já vem diminuindo esses casos. Em breve, não haverá mais criminosos se utilizando indevidamente dessa atividade honesta, para cometer crimes.

Voltando agora à questão da regulamentação, primeiramente o iFood, como empresa brasileira líder de mercado, com a responsabilidade social e legal para com a Cidade e o País, nós estamos totalmente abertos a discutir formas de regulamentação, parcerias e novas legislações que visem à segurança, a melhor atividade dos entregadores e o fomento da atividade empresarial ao mesmo tempo.

Nobre Vereador e demais presentes, há de se esclarecer que a natureza da operação do serviço de entregas, do *delivery*, é distinta do serviço de motofrete. Então, sobre as atividades exercidas pelos empregadores de aplicativos - e aqui eu falo em nome da iFood, ela não desrespeita a lei do motofrete. É uma atividade que possui natureza privada e há necessidade de utilização, como dispõe o motofrete.

Setenta por cento dos entregadores cadastrados no aplicativo se utilizam da plataforma como forma de complementação de renda. Ficam logados e fazendo entregas, que dá, mais ou menos, duas horas por dia.

Por sua placa vermelha ou baú, todas as taxas de burocracia e custos necessários para realização de uma atividade, na maior parte das vezes, é uma atividade única. Ou seja, o trabalhador faz entrega todos os dias, trabalhando unicamente como entregador.

Estamos abertos a discutir regulamentações que virem nas condições de trabalho, melhoria na segurança e melhoria na renda, mas entendemos que não é a lei municipal do

motofrete nem a regulamentação federal da atividade que vai endereçar essa atividade e resolver esses problemas.

Essas leis são do começo dos anos 2000. A lei do motofrete é de 2007. Na época, não existia *smartphone* e não existia celular que permite o uso de aplicativos. Não existia a rede 3-G e 4-G.

Como foi mencionado aqui, existem por volta de apenas oito mil e duzentos motociclistas cadastrados como motofretistas; e cinco mil e duzentos, salvo engano, possuem Condumoto ativo.

Por outro lado, o próprio Sindimoto já revelou que são mais de trezentos mil entregadores. Se todos eles tivessem que passar pelo curso, pela capacidade instalada, hoje, no município, levariam dezesseis anos para incluir todos eles. Ou seja, são dezesseis anos sem emprego e renda para toda essa população.

Enfim, a lei do motofrete hoje é a versão do monopólio dos táxis, como foi discutido há quatro ou cinco anos. Nós precisamos de regras mais modernas, que tragam o serviço de *delivery*, com os mesmos benefícios que trouxeram a regulamentação.

Nós estamos totalmente abertos para discutir essa nova regulamentação. Em aplicar essas regras ultrapassadas vão deixar 280 mil entregadores sem fonte de renda do dia para a noite. A iFood está novamente aberto para discutir todas as propostas, mas devemos levar em conta que a característica dos entregadores por aplicativos é de autonomia e flexibilidade. Setenta por cento deles ficam 40 horas logados, no máximo, por mês. Falo de uma regulamentação que garanta seguros, renda mínima para esses entregadores, mais segurança na atividade e mais transparência na atividade.

Essa é a proposta do iFood. Estamos abertos aqui para discutir.

- Manifestações fora do microfone.

**O SR. PRESIDENTE (Senival Moura)** – Essas foram as palavras do representante do iFood aqui, Sr. Sabino, de forma virtual. Se ele está falando verdade ou não, vai ficar registrado aqui. E audiência pública é para isso. Seria bom que os senhores aprendessem a

ouvir, porque quando vocês estão falando, todos ouviram. Então, a audiência pública tem que ser ordeira, porque esse é o objetivo.

**O SR. CAMILO CRISTÓFARO** – Sr. Presidente, eu só queria comentar um assunto com o Sr. Sabino.

**O SR. PRESIDENTE (Senival Moura)** – Nobre Vereador, não para a gente fazer *feedback*.

**O SR. CAMILO CRISTÓFARO** – Sr. Presidente, eu não estou perguntando. Eu vou fazer um comentário meu.

**O SR. PRESIDENTE (Senival Moura)** – No fim, V.Exa. vai poder fazer.

**O SR. CAMILO CRISTÓFARO** – É uma linha, uma linha. Complementação de renda em atitude de risco não existe, Sr. Sabino.

- Manifestações fora do microfone.

**O SR. PRESIDENTE (Senival Moura)** – O que eu vou pedir aqui aos Vereadores é que anotem e, na fala de cada um, aí façam os apontamentos e questionamentos contrários, fazendo o que bem queiram, porque senão a gente fica no *feedback* e não faz audiência pública da forma devida.

Tem a palavra o Sr. Edgar Gringo.

**O SR. EDGAR FRANCISCO DA SILVA (GRINGO)** – Boa tarde a todos. Agradeço a rapaziada que veio. Muito obrigado. Primeiramente quanto a essa moça que falou que é da comissão dos entregadores, a gente nunca vi. Eu estou há 21 anos na rua e não quem é ela. Nunca ouvi falar sobre ela; e não entendi o porquê de ela estar sentada na mesa. Não sei como ela conseguiu.

Primeiro eu gostaria de aproveitar a oportunidade, pedindo para o Sr. Adilson Amadeu, Presidente da CPI, incluir, na CPI, a motoboy.com, que está dando calote nos entregadores. Já faz tempo. Há muitos entregadores sem receber. Eu acho que é uma empresa de Santa Catarina, que trabalha aqui.

**O SR. ADILSON AMADEU** – No ofício, para a próxima reunião da CPI, será

aprovado.

**O SR. EDGAR FRANCISCO DA SILVA (GRINGO)** – OK. Muito obrigado.

Referente aos preços das corridas, a gente vê que todos os aplicativos vêm baixando os valores das corridas. Não é de hoje. Veem baixando, baixando e nunca aumentam; mas tudo está aumentando, menos os valores das corridas. O pessoal está muito insatisfeito, e eu quero aproveitar a oportunidade para falar também que não basta terem baixado tanto o valor das corridas. Ainda pagam errado. A gente pega com um valor e acaba fechando com outro bem menor. Isso faz com que o entregador comece a correr igual a um louco.

Então, isso acaba causando mais acidentes. Por que eu estou falando disso? Porque há bastantes situações ocorrendo por falta da lei do motofrete. Os aplicativos se aproveitam por excesso de carga, em vez de pagar o justo para o entregador. Também se aproveitam porque usam essa ferramenta tecnológica deles e não há um local físico para atender a gente, e a gente fica que nem doido pela Cidade, tentando desbloquear, para poder trabalhar. Isso é injusto. Essas empresas tinham que ser obrigadas a ter um local físico para atender aos entregadores. Gostaria que se colocasse isso também na CPI.

Agora falando sobre a lei do motofrete, não é apenas uma lei, como disse o Sr. João Sabino, do iFood. Não é apenas uma mera lei. Como disse o nobre Vereador Camilo Cristóforo, é uma atividade de risco. Segundo o IPEA, o valor é de 65 mil reais um acidente de moto, que custa para a sociedade. Um óbito de moto custa 544 mil para a sociedade. A gente não pode mais permitir que tantas pessoas entrem para essa profissão de risco, se acidentem e fiquem a ver navios, porque a única coisa que esses aplicativos pensam é lucrar, lucrar e lucrar, acima de qualquer custo.

A gente não pode mais estar admitindo esse tipo de situação. Enganam esta Casa e toda a população, para não entrar dentro da lei. Falam que são 500 e poucos mil entregadores. Na nossa perspectiva, são de 50 a 70 mil, quando nove mil já estão regulamentados. Hoje existem os cursos EAD. Pelo Cetet, como foi falado. Há o Sest Senat e autoescolas credenciadas, e o Detran acaba de liberar 25 vagas para cursos de motofrete. Então, isso é tudo

mentira, que vão levar dezesseis anos para regulamentar.

Sabem por que não querem regulamentar? Porque se aproveitam. Em todo lugar onde há mão-de-obra, em excesso, há a desvalorização. Conseguem lucrar mais em cima da mão-de-obra. Se comessem a regularizar, aquela pessoa que não é da profissão, que veio fazer bico numa atividade de risco, não vai ter mais interesse em cumprir aquelas regras, e vai voltar para o seu serviço ou fazer outra coisa. Aí, vai se diminuir a quantidade de seus entregadores, fazendo com que eles tenham que aumentar as corridas e diminuir o percentual deles. É isso que não pode ser aceito.

A Prefeitura, o Poder Público... A gente já fez o mais difícil, que é regulamentar. Já está regulamentado. É uma lei de quinze anos. E por que essa lei não é cumprida? Eu faço um apelo a esta Casa, onde eu aprendi que os Vereadores têm o cargo de legislar, de fazer as leis, alterar as leis e fiscalizar o Executivo. A menos que eu esteja errado, alguém me corrija, mas por que uma lei de quinze anos não funciona e não tem incentivo?

Como o nobre Vereador Adilson Amadeu sabe, V.Exa. conhece muito bem a parte do táxi. V.Exa. sabe que há benefícios para o taxista. Por que não há para nós? Por que a gente não pode comprar uma moto mais barata? Por que a gente não pode... O Poder Público dá acesso... Deixando claro aqui para todos que não são regulamentados, a nossa ideia não é tirá-los da rua. Vêm para o nosso lado. Nós não queremos aquela briga do taxista com Uber. Não, nós queremos que eles se regulamentem, e nós queremos que o Poder Público e os aplicativos, que mais lucram em cima desses guerreiros, ajudem a bancar esse custo, e não saia do bolso dos trabalhadores. A nossa proposta semelhante ao do Sr. Gil é que liberem o Conduto provisório, e que possam ser fiscalizados pela Polícia, normalmente mostrando o Conduto e, com esse Conduto, a gente vai saber a real quantidade de entregadores que há na Cidade. A gente vai poder depois pedir para eles fazerem o curso, e tirar essa obrigatoriedade, de a moto ter que ser da entidade. Desde que esteja de acordo com a lei, ele possa fazer o curso com a própria moto.

Então, eu gostaria de deixar bem claro isso, que não estamos brincando com apenas

números. São vidas. Cada um aqui já deve ter enterrado um amigo de profissão, um companheiro, uma pessoa que saiu de casa para ganhar o seu ganha-pão, para sustentar a sua família, e voltou para um cemitério, num caixão. Quantos saíram do desemprego e foram parar numa cadeira de rodas, amputados ou numa cama para sempre? E a família tendo que custear tudo isso, porque esses aplicativos não querem regras, não querem leis. Eles querem o bônus e deixar o ônus para a sociedade.

Então, eu peço encarecidamente aos Vereadores que deem atenção a essas nossas falas, porque nós somos da categoria. Nós estamos aqui. Eu, pelo menos, tenho vinte e cinco anos, e ali não há mais nenhum com menos de cinco anos de rua. Então, deem atenção a nossa voz. Deem incentivos. Tragam benefícios, porque nós estamos precisando muito. Eu aprendi que aqui é a Casa do Povo, e nós somos o povo. Nós estamos pedindo para vocês, que nós elegemos. É esse o pedido que nós, da Amabr, deixamos para vocês. Quanto mais entregadores continuarem morrendo, cientes que de a gente pode fazer algo, a gente está passando a ser cúmplice dessa situação. É possível se regulamentar muito rápido, principalmente no sistema que há hoje.

Eu quero agradecer a todos aqui. Muito obrigado aos nobres Vereadores. Muito obrigado à galera, que representa sempre. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Senival Moura)** – Estão abertas as inscrições. Na galeria, na parte de cima, vocês vão fazer inscrições com a Sra. Márcia. Ela está fazendo inscrições de quem quiser fazer uso da palavra. Aqui embaixo, vão fazer inscrições com o Sr. Fábio.

O Sr. Dawton Gaia, da SMT, de forma virtual, quer usar a palavra?

**O SR. DAWTON GAIA** – Boa tarde a todos. Estou apenas como ouvinte.

**O SR. PRESIDENTE (Senival Moura)** – OK.

Tem a palavra a nobre Vereadora Luana Alves.

**A SRA. LUANA ALVES** – Boa tarde a todos os presentes. Boa tarde, Sr. Presidente. Queria saber se é possível, Sr. Presidente, antes de começar a minha fala, começar com um minuto de silêncio, em nome do Sr. Marcus Cesar Valter Cesario Barboza, falecido no domingo,

entregador de bicicleta e também em nome do Sr. Claudemir Cauê, entregador. Estava trabalhando, no iFood, no meu bairro, no Butantã, e, em fevereiro, faleceu. Foi assassinado. Estava com uma *bag*. Não tinha nenhum equipamento de proteção, nem adesivo luminoso. Em nome dos dois e em nome de todos os entregadores assassinados no trânsito de São Paulo, gostaria de pedir um minuto de silêncio, se for possível, antes de começar a minha fala. Por favor.

**O SR. PRESIDENTE (Senival Moura)** – Sim, é regimental, nobre Vereadora.

Passemos a um minuto de silêncio.

- Minuto de silêncio.

**O SR. PRESIDENTE (Senival Moura)** – Tem a palavra a nobre Vereadora Luana Alves.

**A SRA. LUANA ALVES** – Sr. Presidente, muito obrigada. Achei importante esse minuto de silêncio, para a gente relembrar o número de entregadores, de motoentregadores que todos os dias... Eu não estou falando de toda semana, todos os dias, morrem no trânsito de São Paulo e são mortes evitáveis, evitáveis, se houvesse uma política pública para pensar a segurança da profissão.

Eu estou mais hoje para escutar do que para falar; vou falar muito rapidamente, é coisa rápida. Vim dizer que nenhuma lei na Câmara Municipal de São Paulo vai gerar o desemprego. Então, falar que a regulamentação, que é para trazer mais segurança, vai tirar o pão de alguém, não é verdade. Não é verdade!

- Manifestações no recinto.

**A SRA. LUANA ALVES** – O que nós queremos fazer aqui é criar, juntos – por isso a audiência pública: para todo mundo falar e para todo mundo escutar – uma regulamentação que permita não a exclusão de alguém do motofrete, de alguém de aplicativo – não queremos excluir – mas que garanta mais segurança por meio de cursos, por meio da regulação, por meio, não da *bag*, mas do baú, que é comprovadamente mais seguro. Isto não é falar de um ou falar de outro, isto é comprovação científica: a *bag* não é tão segura quanto o baú. Não é à toa, gente.



Esses dois nomes que eu citei são de pessoas que faleceram recentemente, e ambos estavam de *bag*. Isso não é à toa! É mais fácil de acontecer acidente.

Eu queria dizer que essa regulamentação nós vamos fazer juntos; nós precisamos disso. Eu queria também dizer aos senhores que a CPI dos Aplicativos está investigando, em especial, a atuação OLs, e isso não é caça às bruxas. Nós temos que entender o que é a OL.

- Manifestações no recinto.

**A SRA. LUANA ALVES** – Não pode ficar nada escondido do Poder Público. Nada escondido. Se existe a terceirização, isso tem que ser revelado, tem que ser colocado, porque é interesse público da cidade de São Paulo.

Eu queria pedir encarecidamente aos senhores, antes de terminar a minha fala, que todos aqui que tenham informações sobre esse tipo de exploração, que enviem para a CPI dos Aplicativos para o relatório final, porque esse relatório tem que mostrar a verdade, tem que revelar o tamanho da exploração e tem que defender o interesse público. Aqui nós não defendemos interesse privado, aqui nós defendemos o interesse público. É importante que as empresas estejam aqui, mas existe uma prioridade, que é o interesse público, que são os trabalhadores.

Não há pé de igualdade para a Câmara Municipal entre interesse da empresa e interesse do entregador. O interesse do entregador, do trabalhador é mais importante, porque nós somos o Poder Público.

É só isso que eu queria dizer.

Muito obrigada, Sr. Presidente, e parabéns a todos por esta audiência.

- Manifestações no recinto.

**O SR. PRESIDENTE (Senival Moura)** – Essas foram as palavras da Vereadora Luana Alves, do PSOL.

Registro a presença do Vereador Marlon Luz, do MDB.

Convido, para fazer uso da palavra, por três minutos, os inscritos de forma virtual.

Primeiramente tem a palavra o Sr. Altemício do Nascimento. (Pausa)

**O SR. ALTEMÍCIO DO NASCIMENTO** – Boa tarde a todos. Gostaria de agradecer todos que estão ajudando a nossa categoria. Muitas pessoas que falaram que não conheciam a Dra. Patrícia Menezes, daqui para frente, vocês vão conhecer, porque ela está fazendo um trabalho com a gente e está aqui para ajudar. Nós não estamos aqui para defender aplicativo, nós estamos aqui para defender a categoria, para nos unirmos. Primeiramente, as pessoas têm que ter um pouco de consciência e chegar até nós e comunicar o que está acontecendo; falta um pouco de diálogo, de reuniões, que falaram que iam fazer e não fizeram.

A gente está aqui para defender o motociclista e não o aplicativo. Eu faço um trabalho de socorrer motoboys que se acidentam, que são mutilados. Eu os ajudo e estou aqui para ajudar a categoria e não para defender aplicativo, porque todo mundo sabe que eles exploram as pessoas; nem precisaria estar falando isso aqui, porque estou aqui para ajudar. E vamos para cima.

A respeito da regulamentação, a gente também está aqui para ajudar. Vou procurar vocês do sindicato para dar continuidade à questão do motoboy que não tem condições de se legalizar e ver em que o Poder Público pode ajudar essas pessoas com a placa vermelha, como algumas pessoas estão sugerindo, porque o desemprego pode ficar grande. A gente está aqui para ajudar. Vamos para cima.

- Manifestação no recinto.

**O SR. ALTEMÍCIO DO NASCIMENTO** – Sim, mas eu estou falando que eu não estou defendendo aplicativo, eu estou aqui para defender a nossa categoria. Para a gente legalizar, temos que ter incentivo, como o Rodrigo mesmo falou.

- Manifestação no recinto.

**O SR. ALTEMÍCIO DO NASCIMENTO** – Então, é o que eu estou falando.

**O SR. PRESIDENTE (Senival Moura)** – Ou o senhor deixa o inscrito fazer uso da palavra ou nós vamos ter que tomar providências. Vocês falaram, todos ouviram. Eu pedi para vocês para ouvirem, e o senhor pode se inscrever para rebater o que ele está dizendo, porque audiência pública é para isso.

**O SR. ALTEMÍCIO DO NASCIMENTO** – Então, acho que sim. Quando uma pessoa fala, a outra tem que escutar; senão a gente não vai chegar a lugar nenhum. Nós estamos aqui para ajudar a categoria, ajudar o motofretista a fazer o curso, a fazer o que for necessário, e não para brigar para não legalizar. A gente está aqui para ajudar a CPI, ajudar todos. Assim fica difícil, porque, se a gente veio para expor – como eu, que estou vindo pela primeira vez – e me deparo com uma situação dessa, a gente já fica constrangido. A gente tem várias coisas para ajudar a categoria, e eu também sou motoboy há 30 anos.

O pessoal do trânsito e a Polícia Civil também estão fazendo um trabalho excelente, e a gente está pedindo compreensão, porque a gente tem que tirar esses caras que querem se infiltrar no nosso meio de entregadores para cometer assaltos. Essa é a diferença.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Senival Moura)** – Obrigado.

O próximo inscrito é o Sr. Richard Nejelischi.

**O SR. RICHARD NEJELISCHI** – Boa tarde. Eu sou o Richard, motoboy há mais de 20 anos e tenho um canal no YouTube para passar informações para a galera; inclusive agora tem gente me acompanhando ao vivo. Eu vou fugir da linha do que foi dito aqui, porque o Gil e o Gringo já falaram tudo.

A situação dos motoboys hoje na Cidade não tem condições mais de ficar do jeito que está. Os motoboys hoje estão iludidos por essas empresas, principalmente os mais novos, acreditando até que vão ficar sem emprego, o que é um absurdo. Se o cara tem uma moto nesta cidade, ele não vai ficar sem emprego, não tem como pelo tanto de serviço que tem, tanto de *delivery* como de serviço administrativo.

Hoje existe a regulamentação, que não funciona por ser muito burocrática; essa é a grande realidade. Dá para ficar complexa para quem realmente quer ficar na categoria, mas, ao mesmo tempo, para quem quer ficar de verdade, fazer esse pré-cadastro, porque, pessoal, isso está vindo para a ajudar a fazer a coisa acontecer. As pessoas estão assaltando de *bag*, e fica fácil a pessoa subir numa moto com seu comparsa, porque não tem baú, e assaltar.

Essa pequena regulamentação é para iniciar o processo, que precisa do Estado se envolva nisso para poder dar os incentivos necessários para que as pessoas queiram fazer, queiram participar, queiram ter uma categoria sólida, com incentivos importantes. Assim como tem para os taxistas, pode ter para a gente também; seria uma categoria com todo mundo regulamentado. Só que, se o Poder Público não fizer nada, não adianta, e foi o que aconteceu nesses últimos 15 anos. Não é para ferrar o motoboy no meio da rua, mas se a Amabr faz um calendário, o sindicato faz um calendário por meio de placa e por meio de número de CNH, seja o que for, tem que colocar para funcionar. Ao parar o cara no meio da rua, tem que explicar para ele que a sua habilitação vai ter que ser renovada dali a um ano. Então, assim como tem curso *online*, tem que ter também *online* a renovação, facilitando para quem já está na área, porque é difícil o cara que tem que ganhar o pão parar para fazer o curso. Essa é a ideia.

Para finalizar, eu vou falar das empresas de aplicativos, que têm a estratégia de entrar no mercado, colocar incentivo de grana para um monte de gente investir nelas. São pessoas que têm poder e dinheiro; às vezes, pessoas que têm o poder de decidir alguma coisa, que estão em situação de poder. Há pessoas que estão para votar a favor dos motoboys, de uma regulamentação, mas essas pessoas com poder votam contra porque são elas que investem nessas empresas. Como o dinheiro retorna para elas, elas não votam contra as empresas.

Por isso, esta Comissão que apareceu agora, para nós, está fingindo que está a favor dos trabalhadores, mas, na verdade, está sendo bancada pelas empresas de aplicativos. Para mim é isto: elas estão bancando esta Comissão, que eu nunca vi na vida, mas que está falando que vai se sentar para conversar com o Governador.

- Manifestações na plateia.

**O SR. RICHARD NEJELISCHI** – Eu acho o cúmulo!

- Manifestação na plateia.

**O SR. PRESIDENTE (Senival Moura)** – O próximo inscrito é o Sr. Roderic Tobler.

**O SR. RODERIC TOBLER** – Boa tarde a todos, principalmente aos trabalhadores que sofrem no frio e na chuva. Imaginem trabalhar com um frio desses e com chuva entregando

comida. Para todo mundo que está nos escutando, o barato é louco e não é fácil, não. A gente que trabalha nesse ramo sabe como funcionam os perrengues da rua.

Em relação à segurança pública, que é o questionamento da audiência, é a Segurança Pública que tem que resolver; inclusive, eu vou mais além: ir atrás de quem recebe os telefones que estão sendo roubados, os receptadores, porque é aí que está o foco da situação. E mais penas mais rígidas para quem comete homicídio, porque o cara mata e sai pela porta da frente, pagando uma fiança depois do flagrante e ainda dão risada da sociedade depois de matarem pessoas de bem na rua, trabalhadores que estão em pontos de ônibus, que estão levando suas mulheres para casa, que estão com seus filhos na rua, que estão completamente à mercê desses vagabundos, porque é isso que são esses caras que estão matando gente na rua. É inadmissível isso. Essa é a minha fala com relação a toda essa situação de segurança.

Com relação ao *lobby* dessas empresas, eu me lembro que, em 2014, o Presidente da Uber foi fazer uma visitinha na Prefeitura de São Paulo, quando começou toda a papagaiada desse aplicativo, que tem uma tecnologia que é ótimo para a nossa categoria: eu “derrubo” um trampo na Prefeitura, já pego outro para levar para o Morumbi, entrego lá e pego outro para levar para o Itaim. É ótimo, só que eles precarizaram, porque eles viram que as pessoas gostam, que o brasileiro trabalha, que gosta de trabalhar. A gente não quer roubar nada de ninguém, a gente só quer conseguir o nosso pão, mas que seja pago de uma forma coerente, não dessa maneira como estão explorando os meninos, pagando o que eles querem e quando eles querem. Não é assim que funciona.

Foi falado que isso não acontece só com um aplicativo, são vários os aplicativos que, infelizmente, dão golpe, e esse problema todo começou porque tem lei municipal e federal que rege tudo isso. Mas, se quem faz as leis são os órgãos fiscalizadores juntamente com os legisladores, por que não estão sendo cumpridas? Porque esses aplicativos mentirosos, esse bando de mentirosos – e eu falo isso de boca cheia na frente de qualquer um, mas eles não têm coragem para vir aqui, é tudo no virtual agora –, tudo o que eles falaram na CPI que está acontecendo é mentira!

Peçam o código-fonte desses aplicativos para verem toda a papagaiada que está lá. É simples, nunca foi tão fácil regular o trabalho com a tecnologia que existe hoje nas nossas mãos, e quem é o responsável por tudo isso são os aplicativos. É só chamá-los. Eles valem bilhões de dólares, são unicórnios, e isso aí é café pequeno para eles, só que o Poder Público, Srs. Vereadores, o Município, o Estado e a Federação, tem que se posicionar, porque essa papagaiada não é de hoje, vem desde 2014 e, como foi falado, o pessoal parece que está dormindo, não quer resolver a situação, a gente está sendo precarizado e as pessoas estão sendo mortas na rua.

É um imbróglio tão grande que acabou ocorrendo que estão perdendo o controle; na verdade, já perderam. Então, se não começarmos a resolver a partir de agora, vai ser daqui para pior.

Eu agradeço a fala e parabenizo todos os trabalhadores. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Senival Moura)** – Registro a presença virtual do Major da PM Renato Akira Akamine, do Comando de Policiamento da Capital.

O próximo inscrito é o Sr. Marcelo Marques, do gabinete do Vereador Camilo Cristóforo.

**O SR. MARCELO MARQUES** – Boa tarde a todos. Acho que a maioria aqui me conhece: eu sou o Marcelo, advogado e estou trabalhando com o Vereador Camilo Cristóforo, mas eu me formei em cima de uma moto, como vocês. Eu sou um dos fundadores da Amabr, juntamente com o Gringo, e a gente vem nessa luta desde 2017, brigando pela regulamentação, mas, na realidade, não é regulamentação a palavra correta, é capacitação, que é para evitar mortes e para aumentar a segurança.

Agora, falando do tema desta audiência pública, no dia 2 de maio, a gente protocolou um projeto de lei proibindo que se transporte mercadoria presa nas costas. Acho que eram umas seis e meia da tarde quando eu protocolei o projeto; quando era oito da noite, o Gil me mandou mensagem dizendo que o teor já existia. Eu disse que eu sabia, mas que a gente queria levantar a discussão. Não foi isso, Gil?

- Manifestação no recinto.

**O SR. MARCELO MARQUES** – Existem Portarias da Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana que proíbe o uso da *bag*, a 123 e 133; assim como existe uma Resolução do Contran, a 943/2022 que veio a substituir a 356/2010, que estabelece criteriosamente que a mercadoria tem que ser transportada em equipamento fixo à motocicleta. Isso quer dizer que não pode o uso da *bag*. Existem dois projetos de lei, dos nobres Vereadores Rubinho Nunes e Rinaldi Digilio, que eu tenho certeza de que, com a maior das boas intenções, o objetivo foi melhorar a segurança por conta desses episódios que vêm acontecendo, estabelecendo o uso de placa, de identificação do motofretista na *bag*, só que isso é um perigo, porque estaria regulamentando uma coisa que já é proibida. Então, viraria um conflito de leis.

Sobre a regulamentação, tem dois projetos nesta Casa aprovados em primeira discussão, o PL 130/2019, do Vereador Camilo Cristófar, e o PL 578/2019, da Comissão de Trânsito. Por isso, a gente tem que se sentar juntamente com a Comissão de Trânsito, com o Gil, do sindicato, e com o Gringo para deixar esses projetos redondos para valorizar vocês, para que acabe essa escravidão e acabe esse discurso dos aplicativos de quererem criar duas categorias. Não existem duas categorias, a categoria de motofretista é uma só, e desde lá de trás; não existe o entregador que faz bico e o entregador que é profissional. O entregador tem que ser profissional, até porque nós somos atividades de risco, reconhecida pelo Ministério do Trabalho; inclusive tem periculosidade.

Era isso. Avante, pessoal! (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Senival Moura)** – O próximo inscrito é o Sr. Gerson Cunha, do Sindimoto-SP.

**O SR. GERSON SILVA CUNHA** – Boa tarde a todos. Eu queria pedir para o nobre Vereador Adilson Amadeu, na CPI dos Aplicativos, incluir a empresa L4B, porque ela é o OL da Loggi.

Quando a gente fala da questão da segurança dos motofretistas, sobre todos esses casos que estão acontecendo e que viraram polêmica na cidade de São Paulo, a gente percebe

que é a própria empresa que causou toda essa insegurança para a população da cidade de São Paulo ao distribuir, sem critério nenhum, *bags*. Foram as próprias empresas que distribuíram *bags* e jaquetas com a logomarca da empresa sem critério nenhum, e agora uma delas está colocando a infraestrutura do Município – na verdade, ela não está dentro do Município, ela está no município vizinho, todas elas – e do Governo do Estado para consertar a bagunça que elas fizeram, marginalizando a nossa categoria.

Fica aqui o meu apelo: que esta nobre Casa peça para essas empresas de aplicativos a listagem para quem elas distribuíram jaquetas e *bags* sem critério nenhum; elas não têm essa listagem. E agora que a nossa categoria está sendo marginalizada pelos falsos entregadores, a gente está sendo punido na rua, no dia a dia, sendo fiscalizado. Já somos fiscalizados 24 horas por dia: é pneu, é coisa do dia a dia da motocicleta e, agora, estamos sendo fiscalizados duas vezes mais por causa desses falsos entregadores. Então, a culpa dessa insegurança não é dos motoboys, é dessas empresas de aplicativo que aí implantaram essa insegurança. (Palmas).

**O SR. PRESIDENTE (Senival Moura)** – O próximo a fazer uso da palavra é o Sr. Rodrigo Ferreira, do Instituto Motofrete.

**O SR. GERSON SILVA CUNHA** – Vereador Senival, só um minuto. Adilson, meu nobre Vereador, o senhor vai incluir na CPI a L4B?

**O SR. ADILSON AMADEU** – Eu queria lhe informar...posso te chamar de gordinho? Não vou ser processado?

**O SR. GERSON SILVA CUNHA** – Não. Eu não tenho gordofobia não. Pode me chamar de gordinho.

**O SR. ADILSON AMADEU** – Já foi aprovado o requerimento na CPI dos Aplicativos na qual o Vereador Senival Moura faz parte, assim como o Vereador Marlon. Essas empresas de aplicativos achavam que tinham tomado conta de tudo. Pode acreditar, Gil, Gringo, todos.

Esse Sr. Sabino que é uma figura antiga que eu conheço, ele só não conversou com os ucranianos e com os russos. Então, ele vai explicar um pouquinho mais.

Sr. Presidente, agora, terminando. Aqui que a Globo está? A reportagem da Globo



está aqui? Polícia Civil? Polícia Militar? Olha, estão dando bags. É irregular, Srs. da imprensa. A empresa Rappi - mostra aqui, por favor, acabei de receber. É só ir lá – DTP, vão lá e prendem tudo. Olha aqui: “Troca de bags nos dias 18/5 a 20/5. Está aqui: Rappi.

Então, nós, da CPI dos Aplicativo, estamos realmente vendo tudo. Ao mesmo tempo, a regulamentação não vai sair pelos Vereadores. Vai sair pelos senhores. (Palmas).

**O SR. PRESIDENTE (Senival Moura)** – Rodrigo Ferreira, do Instituto Motofrete.

**O SR. RODRIGO FERREIRA** – Boa tarde a todos e a todas. Cumprimento a categoria que está em peso aqui representando, realmente, os grandes trabalhadores desta cidade de São Paulo.

A minha fala é justamente sobre a proposta que estamos tentando viabilizar e trazer essa proposta ao Poder Público, seja ele Municipal, Estadual, de regularização provisória da cidade de São Paulo. Entendemos que não vamos conseguir implantar a regulamentação da forma que está a lei, mas podemos fazer essa regulamentação por etapas.

O que seriam essas etapas? A primeira etapa seria realmente tirar essa bag que é um equipamento proibido, que mata pessoas, que aleija pessoas, que torna inseguro no trânsito, e, além de tudo isso, prejudica a saúde do trabalhador.

Pergunto a vocês: criança transporta mochila pelas costas? Por que o motoboy tem que colocar 40 quilos nas costas e andar na rua igual um doido? (Palmas). É inadmissível o Poder Público – desculpe-me – ainda insistir com essa questão de uso de bag. A bag só atende os interesses dos aplicativos.

Queria falar a pessoa do iFood que falou que a atividade deles é uma atividade moderna e que essa lei é uma coisa de velho, que precisa se pensar na empregabilidade, que a tecnologia não é ela que define a lei. O que define a lei, seja ela de qualquer profissão, é o veículo e o condutor. Desculpe-me, iFood e todas as empresas de entrega, porque o que a Uber conseguiu, que é uma lei específica para ela, os entregadores têm a Lei específica 12.009. Eles só vão conseguir mudar esse discurso se eles mudarem a Lei Federal que eu acredito que eles não estão conseguindo. Pode ser que consigam no município, porque o Estado não tem

competência para legislar sobre a profissão.

Então, o que estamos propondo hoje é esse documento que foi entregue ao Presidente desta Comissão, ao Presidente da CPI e demais Vereadores e é algo plausível, que dá para ser feito. É algo que se o Poder Público municipal tiver a coragem, porque parece que falta coragem do Poder Público municipal de enfrentar de cara essa realidade ou tem alguma coisa obscura.

Nobre Vereador, desculpa, mas parece que também a Casa e o Poder Público municipal estão vedados diante de uma situação. Quantas audiências públicas já tiveram discutindo o mesmo assunto que os aplicativos exploram? O aplicativo, nobres Vereadores, quando começou, pagavam 22,90. Hoje, eles pagam quatro reais para uma entrega. Isso é um absurdo.

Então, gostaria que ficasse registrado nesta audiência pública essa proposta que não é só do Sindimoto, mas é de toda categoria. E outra, vamos parar de falácia de falar que tem 200 mil motoboys na cidade de São Paulo, 300 mil, porque não existe, porque o mesmo trabalhador CLT, autônomo, é da Rappi, é da Uber, é da Loggi. É o mesmo cara. Se o iFood fala que tem essa quantidade, que apresente a listagem de funcionários que disse que tem 200 mil ou ele vai compartilhar esses 200 mil com a Secretaria de Segurança Pública? Eu queria saber, porque na CPI eles não deram a listagem. No Ministério Público não deram a listagem.

Gostaria de deixar esse registro e dizer que realmente está passando da hora e é vergonhoso que a cidade de São Paulo seja conivente com essa situação há mais de 10 anos. Obrigado. (Palmas).

**O SR. PRESIDENTE (Senival Moura)** – Já convido o próximo para fazer uso da palavra de forma virtual, segundo as informações, que é o Sr. Paulo Henrique Gonçalves dos Santos. Está presente de forma virtual, Paulo Henrique Gonçalves dos Santos? (Pausa). Não está.

Vou passar ao próximo, Sr. Lúcio Deodato Machado de Almeida.

**O SR. LÚCIO DEODATO MACHADO DE ALMEIDA** – Obrigado.

O meu escrito já foi até contemplado pelo Presidente do Sindicato e também pelo Gringo. Quero deixar bem claro para quem não conhece que a Comissão, realmente, é nova. E por que essa Comissão surgiu? A demanda de entregadores por aplicativo bag tem sentido um desamparo muito grande, mas não é por ele simplesmente desamparado, é porque existe uma confusão tão interessante que se colocou três categorias: ou ele é CLT motoboy, ou ele é placa vermelha, ou ele é placa cinza. O placa cinza por si só não consegue se enquadrar nem no sindicato e ele acha que ele não pode entrar justamente na placa vermelha.

Então, a Comissão junto com o Nascimento que veio trazer o projeto, então, qual foi o nosso pensamento? Vamos montar uma Comissão e chamar os placa cinzas para a gente poder agregar esse pessoal que se sente desamparado e poder tentar salvar realmente um pouco dessa categoria desses acidente e dessas injustiças justamente que o aplicativo vem fazendo. O que nos deixou muito chateado foi justamente quando apareceu no Governo de São Paulo que não apareceu o Sindicato e não apareceu Motofrete para discutir sobre o problema da cidade de São Paulo pela violência, como se o problema da violência fosse as bags. Ora, o problema da violência é um problema público, é do Estado, não é das bags.

Agora, criminalizar as bags é um absurdo.

- Manifestação do público.

**O SR. LÚCIO DEODATO MACHADO DE ALMEIDA** – É proibido sim. Estamos de acordo justamente disso.

- Manifestação do público.

- O Sr. Presidente faz soar a campainha.

**O SR. PRESIDENTE (Senival Moura)** – Todos vocês se inscreveram e falaram favoravelmente ou contrariamente. Ouvimos. Tem mais pessoas ouvindo. Está sendo transmitido pelas redes sociais. Então, aqui não é para falar só o que vocês querem ouvir. Os atores envolvidos têm de se manifestar.

Vou pedir para suspender o tempo porque temos de ter o mínimo de respeito. Isso a gente tem que obedecer. Vamos restabelecer o tempo em um minuto para o senhor concluir sua

fala, por gentileza.

Vamos deixar ele falar. Vocês falaram o que vocês acham importante para a categoria e foi bom vocês falarem. A outra parte também tem de se manifestar.

**O SR. LÚCIO DEODATO MACHADO DE ALMEIDA** – Obrigado.

Gente, não tem como falar de mais de 100 mil entregadores que estão com a *bag* e não falar *bag*. Não tem como você falar de motoqueiro que está com a *bag* sem estar com a *bag*. Não tem como você dar uma referência deles sem *bag*. Isso não quer dizer que nós estamos defendendo a *bag*.

Temos milhares de pessoas, como a Vereadora disse, que estão morrendo no trânsito justamente por esse tipo de situação. Por quê? O que era pensado lá atrás do emprego, um bico, uma alternativa de renda, se tornou atividade principal e nós não concordamos com isso. Então, realmente, tem de ter regulamentação.

Agora há pouco, acabei de ver aqui no site que até o próprio sindicato tem o moto-entregador. Então, hoje vemos isso. Isso é interessante. Dá para a gente discutir e trazer os placas cinza para poder conversar e regulamentar. Esse é o fundamento e a intenção da CPI e dessa nossa Comissão.

Pena que vocês não deixaram a Dra. Patrícia concluir o texto dela porque ia bater de frente com a intenção de vocês.

Obrigado, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Senival Moura)** – Convido o próximo inscrito, Sr. Leonardo Ramos, da Abrasel.

**O SR. LEONARDO RAMOS** – Boa tarde a todos. Cumprimento a Mesa. A Abrasel defende o setor já desde 1986, setor de bares e restaurantes. Tem vários grupos, que começaram a aparecer os vídeos de pessoas transvestidas de motoboys roubando e tal e a gente levantou o problema. Mandamos um ofício à Secretaria de Segurança Pública para levantar e para pedir uma audiência, uma reunião com Secretário. O Coronel Camilo nos atendeu. O Percival Maricato, eu e o Coronel Camilo tivemos uma reunião e falaram do grupo

de trabalho que a gente vai participar e tal.

O problema é que o pessoal está começando ter medo de sair à noite e isso é um grande problema para a Cidade e para tudo. A gente sempre defendeu o turismo na Cidade e esse tipo de coisa, mas a nossa ideia também é ajudar. Não sei como. O grupo de trabalho está sendo formado. A ideia é essa.

O nosso setor foi muito prejudicado durante a pandemia. Todo mundo percebeu, porque ficou tudo fechado. Os motoentregadores foram a salvação. O *delivery* foi a salvação durante a pandemia.

A ideia é tentar ajudar e ver se precisa ter bag ou baú, se o baú é o certo. Tem de ter algum código para a polícia poder identificar melhor. É exatamente que a CET está fazendo. A ideia é tentar ajudar no que a gente puder. Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Senival Moura)** – Ok. Obrigado. Convido o próximo a fazer uso da palavra, que é o Sr. Diego Silva Ananias, da Amabr. As inscrições já foram encerradas.

**O SR. DIEGO SILVA ANANIAS** – Boa tarde.

Sou motofretista e eu queria deixar um relato a respeito de uma empresa de aplicativo chamada Motoboy.com. Eu prestei serviço para ela em meados do ano passado, do mês sete até o mês 10, mais ou menos, e essa empresa me pagou em parte e, desde então, ela me deve 561 reais.

É um jogo de cintura que eles têm. Eles não atendem telefone. Você liga no departamento para falar com eles pelo WhatsApp e eles te jogam para outro departamento financeiro e no departamento financeiro fala que o pagamento vai ser planejado e fica um jogo de cintura - joga pra cá, joga pra lá. Eles também não respondem e-mail. Eles não pagam 561,06 desde o mês 10 do ano passado. Eu acho um absurdo porque eu trabalho para mim e faz bastante diferença. Tenho parcela da moto atrasada e a Yamaha me liga todo dia.

O CNPJ é de Santa Catarina. Acredito que não sou só eu. Agora, eu falando talvez mais companheiros venham relatar também. São vários. Um absurdo.

- Manifestação no recinto.

**O SR. DIEGO SILVA ANANIAS** – Olha como eles procedem: você faz a entrega e depois de um mês dessa entrega você tem direito a pedir um saque. Então, você fez a entrega hoje. No mesmo dia do mês que vem, eu tenho direito a pedir o saque dessa entrega. Só que eu não vou fazer o pedido de uma entrega de 20 reais. Vou esperar juntar 100. Aí você já põe um mês e mais tantos dias. Entendeu? Aí você pede o saque e demora mais não sei quantos dias porque o saque atrasa. E tem a taxa. Eu nem lembro, faz tanto tempo que eu nem lembro.

É isso. Só para deixar o meu relato. Agradeço o empenho de vocês para dar visibilidade. Agradeço a todos os envolvidos para nos ajudar.

**O SR. PRESIDENTE (Senival Moura)** – O próximo é o Sr. Fernando de Souza, da Sedersp.

**O SR. FERNANDO APARECIDO DE SOUZA** – Boa tarde a todos.

Boa tarde a todos os profissionais que estão hoje na Câmara de Vereadores, tanto o Gringo, quanto o Gil e todos eles.

A lei é simples e está aí para ser cumprida. A questão da lei federal, lei municipal tem de ser cumprida. A questão dos baús traz segurança não só ao profissional, mas segurança para a sociedade. Por quê? No momento em que esse profissional está acoplado com baú em sua motocicleta, quer queira, quer não, acaba inibindo de levar garupa e a sociedade, tanto policiamento de trânsito, o órgão público consegue fiscalizar melhor esse profissional. Por quê? Porque atrás do baú vai ter o número de identificação do profissional, seja o número do Condumoto dele, a placa. Você vai saber quem é esse profissional.

Falando em segurança pública, eu não vejo outra questão de serem utilizadas as bags. As bags podem ser colocadas dentro do baú. Então, para a segurança pública é a questão como o Rodrigo falou: é seguir as leis que já existem e trazer um pouco mais de benefício a essa categoria tão sofrida e tão mal tratada que está sendo pós a entrada dos aplicativos.

A questão do baú é fundamental para a segurança público do município de São Paulo para inibir os assaltos e para o policiamento ter uma melhor fiscalização a todos. Muito obrigado a todos e uma boa tarde.

**O SR. PRESIDENTE (Senival Moura)** – A próxima a fazer uso da palavra também, segundo as informações, de forma virtual, é a Sra. Marli Neves Panão. (Pausa) Não está.

Então, convido o próximo e último inscrito, Sr. Marcos Cardoso Alves, do Sindimoto São Paulo. Depois os Vereadores farão suas considerações e os representantes do Governo também.

**O SR. MARCOS CARDOSO ALVES** – Cumprimento a Mesa, as autoridades, os coronéis, o comandante Paulo, os motoboys São Paulo todos aqui presentes.

É bonito ver toda essa união agora que a gente já teve aquele choque, mas hoje vocês estão mostrando realmente quem é o inimigo de vocês. Quero agradecer a todos. É mais um cumprimento ao Vereador Marlon, Vereador Amadeu e todos que estão envolvidos nessa questão.

Muitos criticaram as falas. Vocês nem levem a mal, porque é uma revolta. Nós, que estamos no dia a dia, sabemos como que é. Hoje, o INSS... Há muito tempo, estive nesta Casa... As bolsas acabaram com a vida de muitos e muitos trabalhadores, que hoje estão vegetando. Outros foram mortos, buscando pelo pão de cada dia no meio do trânsito, no meio dos caminhões. Essas bolsas enroscavam nos caminhões, o trabalhador caía e o carro passava por cima. Então, quem é velho de rua viu muitos irmãos e irmãs caídos no chão, mortos por causa dessa bolsa. (Palmas)

E mais uma. Se ainda estiver presente todo o pessoal do aplicativo. Todos que estão aqui elogiam a tecnologia, porque ela veio para facilitar, ela ajudou na pandemia, ela fez tudo de bom. Mas não foi o celular que levou o remédio. Não foi o celular que levou a pizza. Não foi o celular que levou a roupa. Não foi o celular, foram vidas que estavam em cima dessas motos, e muitos *motoboys* morreram. Muitos irmãos morreram de Covid, mas muitos estão sendo massacrados pelos acidentes. Então, todos os envolvidos, seja o pessoal da segurança, os *motoboys*, os vereadores, os deputados, os sindicatos, associações todos hoje farão uma grande mudança e vamos ver isso lá na frente.

E uma mensagem a todos os aplicativos: aqui são várias pessoas. Vocês podem

estar atrás de uma tela. Mas têm homens aqui que lutam para melhorar essa situação.

Para resumir: quem foi que levantou a tese dizendo que todos que estão presentes aqui, esses motoboys..., a pessoa que falou isso, dizendo que vocês iriam tirar o emprego de alguém, essa pessoa tem de aparecer e mostrar a cara, se ela for verdadeira. Estamos hoje aqui, com o sindicato, com as associações e a Câmara. Várias pessoas pensando chegarão a um resultado.

O Coronel Paulo disse uma coisa bonita: se todo mundo se juntar, será fácil a regulamentação vir. E realmente, os que forem da categoria ficarão para trabalhar. Todos aqui vão resolver a situação. Muitos falam que ninguém está fazendo nada. Estão fazendo sim. Já derrubaram Inmetro, que era caro; derrubaram a cor da moto. Hoje, o cara não tem mais desculpa. Hoje, o Governo do Estado e a Prefeitura, todos vão facilitar. Então, ninguém vai ficar desempregado aqui. Ninguém vai ficar desempregado aqui.

Então, eu creio que estamos indo rumo à vitória, porque da mesma maneira que eles conseguem pagar por grandes patrocínios, o que seria um baú? (Palmas) Esse pessoal vai resolver isso aqui.

Um abraço aí. Marcão, da Sindimoto-SP juntos. (Palmas)

Acabou, só resumindo: Rock in Rio e o baú! Rock in Rio é uma das maiores festas e um baú, de anjos viramos demônio assim, Comandante.

É isso aí a minha fala.

**O SR. PRESIDENTE (Senival Moura)** – Tem a palavra o Vereador Marlon Luz.

**O SR. EDGAR FRANCISCO DA SILVA (GRINGO)** – Vereador Senival, eu estou com dois ofícios aqui e eu não sei onde eu posso protocolar. Um ofício é pedindo para que esta Casa fiscalizar...

**O SR. PRESIDENTE (Senival Moura)** – Pode protocolar aqui na assessoria.

**O SR. EDGAR FRANCISCO DA SILVA (GRINGO)** – Ok. E o outro é sobre a faixa azul, que foi um projeto que deu muito certo, diminuiu os acidentes graves e nós estamos pedindo a ampliação da via e para outras vias, com prioridade para a Avenida Rebouças, onde já tivemos



óbitos por falta de espaço. Então, essa é a nossa fala.

**O SR. MARLON LUZ** – Boa tarde.

Primeiro, gostaria de parabenizar todos os entregadores e motofretistas da cidade de São Paulo. É inquestionável a dedicação de vocês durante a pandemia. Vocês são os responsáveis pela queda do número de casos de covid em São Paulo, porque, enquanto as pessoas ficavam em casa, se protegendo da covid, eram vocês que estavam na rua se arriscando, fazendo as entregas, levando a comida, levando medicamentos.

Eu peço uma salva de palmas para todos vocês. (Palmas)

Vocês, realmente, são os heróis desta pandemia. E, não tem como dizer que não, foi através dos aplicativos que as pessoas puderam ficar em casa durante a pandemia. Os entregadores trabalharam para os aplicativos que permitiram que as pessoas ficassem em casa mais facilmente.

Os aplicativos cresceram e começaram a abusar, em minha opinião, dos entregadores. E, realmente, não tem como. São taxas altas. São tarifas muito baixas pagas aos entregadores, que não correspondem ao trabalho. A política deles, no geral, é: quanto menos ele aceita receber? É assim que eles trabalham. Eles não estão pensando na qualidade de vida dos entregadores e, sim, no bolso, na concorrência por centavos e quem paga essa diferença é o trabalhador. E é isso que nós estamos trabalhando para mudar, principalmente nessa CPI.

Eu vou contar uma história para vocês. Esta audiência é muito sobre segurança. Recentemente, a minha esposa estava voltando para casa e tinha deixado os meus filhos na escola. Ela costuma fazer esse caminho a pé, e parou um entregador perto dela ou aparentemente um entregador, porque tinha uma mochila do iFood e começou a encará-la no sentido, talvez, de cometer ali assalto, algum crime contra ela. A minha esposa é uma baixinha invocada. Toda a vez em que ela se sente em apuros ela encara o possível agressor. A moto deu uma volta, apareceu na outra esquina com a mesma intenção e ela encarou novamente. Faltou pouco para ela puxar uma arma, porque ela anda armada e matar aquela pessoa, caso aquela pessoa viesse para cima dela. Minha esposa não tem medo. Inclusive, na prova de tiro

ela fez uma pontuação melhor que a minha. Aquilo lá era um entregador? Não. Aquilo lá era um bandido, mas que se traveste da profissão honesta de entregador, de motofretista para enganar a população. E isso tem de ser mudado.

Ultimamente eu não tenho visto nada de bom em relação a essas *bags*. *Bag* diz que um bandido é entregador, mas não é um entregador. *Bag* causa problema na coluna para o entregador. *Bag* faz com que a pessoa tenha um tipo de acidente no trânsito que pode levar à morte. *Bag*, aparentemente, não está ajudando. Então, *bag* não tem sido algo positivo.

Recentemente, estive reunido com um representante do Ministério Público e com o Gringo. Gostaria até de parabenizar em público a participação do Gringo naquela reunião no Ministério. Foi impecável a sua participação em defesa do compromisso com a vida. Foi isso que eu vi o Gringo fazer naquela reunião, porque ele estava ali compromissado com a vida, preocupado com a vida dos trabalhadores. E é com esse mesmo compromisso que estamos trabalhando na CPI e em futuras regulamentações que vão garantir a vida e a integridade e o caráter do bom trabalho do entregador ou do motofretista.

Podem contar sempre conosco. O meu muito obrigado.

- Manifestação fora do microfone – inaudível.

**O SR. MARLON LUZ** – Vamos alterar esse PL. Esse PL tem a intenção de regular os aplicativos, não os trabalhadores.

- Manifestação fora do microfone – inaudível.

**O SR. MARLON LUZ** – Não, filho. Relaxa. Peço... Peço que não haja a quebra de decoro.

**O SR. PRESIDENTE (Senival Moura)** – Nobre Vereador Marlon Luz. V.Exa. já fez sua sugestão. Tem que ver se a sugestão é acatada ou não. Não dá para ficar fazendo *feedback*, porque...

**O SR. MARLON LUZ** – O meu gabinete está aberto para conversar. Esse PL não é um PL sobre o entregador ou sobre o *motoboy*...

- Manifestação fora do microfone – inaudível.

**O SR. MARLON LUZ** – Gil, agora é a minha vez de falar.

**O SR. PRESIDENTE (Senival Moura)** – Gil, você já fez uso da palavra. Vamos esperar o Vereador concluir, por gentileza.

**O SR. MARLON LUZ** – Então, esse PL regulamenta os aplicativos. Tem a intenção, inclusive, através de emendas que estão pautadas, para trazer arrecadação para o município de São Paulo pelo uso intenso do viário que ele causa, e isso não afeta o entregador.

Então, o PL não trata sobre...

- Manifestação fora do microfone – inaudível.

**O SR. MARLON LUZ** – Eu estou tentando falar aqui. Mas eu vou reforçar: o meu compromisso é com o trabalhador de aplicativo. Comecei pelos motoristas de aplicativo. Fui eleito pela classe dos motoristas de aplicativo. Hoje, tenho a felicidade de ser identificado facilmente pelos entregadores que frequentemente me param na rua e querem tirar uma foto, vêm me trazer o seu problema, às vezes de banimento...

- Manifestação fora do microfone – inaudível.

**O SR. MARLON LUZ** – Assim não dá para continuar. Eu reforço aqui o meu compromisso para poder trabalhar a favor dos trabalhadores de aplicativo.

Muito obrigado a todos.

**O SR. PRESIDENTE (Senival Moura)** – Ok. Eu quero, aqui, fazer as minhas perguntas para as empresas, os aplicativos e, em seguida, o Vereador Adilson Amadeu, para eles responderem. E também para o Governo, porque já atendemos a todos os representantes. Em seguida, convidaremos os representantes do Poder Executivo para, rapidamente, responderem.

Infelizmente, nós vivenciamos o aumento da violência na cidade de São Paulo. Segundo a Secretaria de Segurança Pública do Estado, o número de furtos e roubos disparou na cidade de São Paulo em 2022. Apenas em março, houve um aumento de 25% no registro de roubos em relação ao mesmo mês do ano passado. O crescimento: 9.544 casos em 2021, e 11.937 casos em 2022. Pergunta que faço ao iFood e ao Rappi, recentemente um jovem teve a

vida ceifada por um bandido disfarçado de entregador, o que motivou o Governador a fazer uma reunião com empresas de aplicativo iFood e Rappi e outras.

Quero perguntar para os representantes dos aplicativos: qual foi o encaminhamento feito pelo Governador para tentar solucionar essas crises realizadas por bandidos disfarçados de trabalhadores?

O iFood e outras empresas de tecnologia asseguram para, se for o caso, identificar pseudotrabalhadores que se inscrevem nas plataformas para cometerem atos ilícitos? Se sim, ao identificar esse tipo de caso, como a empresa se comporta?

Qual o tipo de segurança que vocês, empresas de aplicativo, oferecem para os trabalhadores e trabalhadoras que também estão expostos à violência da Cidade? Há relatos de motofretistas que durante o trabalho têm o seu celular, moto ou outros pertences roubados.

É possível criar controle de identificação e distribuição das *bags*?

Aos representantes da Secretaria de Segurança Pública do Estado. O Governador, em reportagem, afirmou que iria anunciar “novas medidas para prender bandidos que se disfarçam de entregadores de aplicativos”. Essas estratégias já existem? Estão funcionando? Já temos dados do resultado?

Aos representantes da Secretaria de Mobilidade Urbana. A Lei Municipal 14.491, que regulamenta a atividade de transporte de pequenas cargas, denominada motofrete, já traz alguns critérios para essa categoria. É possível adaptar esta lei aos dias atuais, trazendo maior segurança aos trabalhadores e trabalhadoras?

Essas são as minhas questões e vou deixar por escrito, inclusive, para o Governo para responder posteriormente, se não for possível neste momento.

Passo a palavra ao Vereador Adilson Amadeu, para que também faça as suas perguntas.

**O SR. ADILSON AMADEU** – Sr. Presidente, eu não sei se há, ainda, considerações finais do Sr. Caetano Paulo e também do Coronel.

**O SR. PRESIDENTE (Senival Moura)** – Sim.

**O SR. ADILSON AMADEU** – Bom, em primeiro lugar quero agradecer a presença de todos, aos sindicatos, às associações, a todos que participaram, a todos que tiveram a fala. Iniciou meio tumultuado, mas depois nós entendemos que era a oportunidade de cada um.

Daqui não vai ser nada logicamente se vocês não estiverem bem de acordo. Há dois projetos de lei. Um aqui da Comissão, que foi iniciado por mim e depois a Comissão o abraçou. E o PL do nobre Vereador Camilo Cristóforo.

Quando nós falamos, e a minha família também usa muito o serviço de entrega dos senhores. Falar de pandemia, vocês estão bem a antes da pandemia. Vocês, na pandemia, logicamente, as pessoas guardadas em casa, e vocês, com a maior delicadeza, com sol, com chuva, com vento, entregavam da melhor maneira o pedido.

Sendo assim, eu vejo que há um desgaste... E me permita, porque seu neto e filho de taxista, e abracei a profissão dos taxistas, mas nunca deixei de ter contato com as pessoas da área dos senhores. O meu gabinete está sempre aberto. Acho que o Gil e o Rodrigo podem falar, o próprio Gringo - que esteve em outro gabinete - pode falar. E até humildemente a Lei do Bolsão do Estacionamento para os senhores, que é a Lei 1.795, que é de minha autoria. Mal ou bem, é a lei, em que todos os bolsões da cidade de São Paulo podiam ser administrados por sindicatos e associações. Nós precisamos falar com o Prefeito Ricardo Nunes.

Outra situação. No Rio, agora, aparece algo com o que os senhores têm de ficar atentos, porque os senhores são inteligentes. Os senhores sabem o que querem. Os senhores não querem ter tanta vantagem assim. Quem quer ter vantagem – e agora quem fala é o Adilson Amadeu – são essas empresas de aplicativos, que a CPI nossa, dos Aplicativos, da qual eu sou o Presidente, e aqui estão os nobres Vereadores Marlon, Senival, Camilo e Luana, nós realmente estamos indo buscar eles. Todos eles. E o final vai ser bem ardido. Porque a 99, que tinha ido embora, já voltou. Só que tem retroativos dos quilômetros rodados em nossos viários e isso não vai passar em branco, nobre Professor Dr. Caetano. Então, tem muita coisa.

No encontro agora, em que estava o nobre Prefeito Ricardo Nunes e também Rodrigo Garcia - pessoa que eu tenho a honra de estar em meu partido União Brasil -, falei-lhes desta

audiência. Ele, Rodrigo Garcia, me respondeu: “Adilson, nós precisamos juntos”. Então, somos todos juntos mesmo. Não é só a Polícia Civil. A Polícia Civil que eu conheço desde 1968, quando comecei a andar pelo Detran, eu tiro o chapéu e não tem nada igual. Polícia Militar, também. Então, se juntarmos todas as forças e levarmos um conteúdo bom, tanto para o Prefeito quanto para o Governador, nós vamos chegar ao objetivo correto. E qual é o correto? O correto é: realmente, se têm pessoas que estão fazendo – e estão fazendo e os senhores estão levando um selo, infelizmente, porque às vezes a pessoa fica assustada quando para um motofretista do lado de um carro, quando na verdade é muito pouco, mas são malandros que estão atuando aí e a Polícia Civil está chegando junto. A Polícia Militar está enquadrando, porque estamos vendo todos os dias na Cidade toda. Não tem tanta gente assim para fazer, mas estão fazendo de uma maneira inteligente, tecnologia.

Então, resumindo, no Rio de Janeiro saiu o aplicativo agora, o tal do vai qualquer coisa, os senhores todos, Gringo, Gil, todos os senhores, precisavam pensar no maior e no melhor para os senhores mesmos, porque pela categoria dos taxistas, que agora terminou o certame e veio a Taxi Sim, a 99 vai morrer, porque eles usam sim o taxista para andar no corredor. A Uber também credenciou mais de três mil carros de taxistas para andar no corredor, que é um diferencial.

Então, há de se pensar, eu proponho junto, a ideia é minha, mas junto com o meu Presidente da audiência pública, Presidente da Comissão de Trânsito, Transporte e Atividade Econômica, e os Vereadores Marlon Luz, Camilo Cristóforo, Luana Alves, para marcarmos um encontro, é lógico que não dá para irem todos, com o Prefeito, Secretário de Transportes, DTP, e falar um pouquinho além da regulamentação, falar de alguma coisa para os senhores, que é o aplicativo.

Está bom assim? Já está jogado, já lancei a flexa, vamos atrás e fazer o melhor. Parabéns aos senhores que vieram hoje e vamos juntar o útil ao agradável, para sair alguma coisa maravilhosa para os senhores que merecem.

**O SR. EDGAR FRANCISCO DA SILVA (GRINGO) –** Vamos fazer o nosso aplicativo.

**O SR. PRESIDENTE (Senival Moura)** – Vou rapidamente passar a palavra para o Tenente-Coronel Paulo Oliveira, do Comando do Policiamento de Trânsito, para fazer suas considerações finais, se teve alguma pergunta que foi direcionada ao senhor, para que possa responder.

**O SR. PAULO SÉRGIO DE OLIVEIRA** – Só complementando e terminando a fala até para não estender mais este encontro, até como o Gil comentou, a questão inicial ali era justamente a preocupação maior com a segurança pública, pois já existe regulamentação com a atividade de motofrete.

Então, em reunião inicial com os aplicativos, justamente porque os crimes, em tese, estão sendo cometidos e as bags inicialmente indicam os aplicativos. Então, como temos uma necessidade emergencial de combater esse tipo de delito, foram consultados os aplicativos para entender como é essa questão. E justamente, a nossa ideia reunindo com os aplicativos é realmente entender e ter acesso a quem trabalha, quem realmente é o motociclista que está trabalhando no aplicativo. E na hora da abordagem identificarmos quem realmente está exercendo a atividade.

Então, a ideia é ter acesso a esse banco de dados, eles estão sendo razoáveis nessa questão, entendem a preocupação. Então, a preocupação inicial seria essa, até porque o sindicato e outras entidades inicialmente não participaram e a questão é emergencial, rápida. Temos de pensar numa questão, a Polícia Militar com a Polícia Civil, e a análise principalmente dessas localidades onde estavam acontecendo esses delitos, até para termos uma estratégia de ação das forças do Estado, para totalmente combater, porque a preocupação é com a sociedade e não termos mais uma vez a questão desse crime. Sabemos, atuamos no crime, às vezes o pessoal migra, vai para outro, mas a ideia inicial emergencial é essa.

Entendo que nós do Comando de Policiamento de Trânsito, a ideia sempre é fiscalizar, somos legalistas, temos de ver quais as leis que existem e temos que fiscalizar, doa a quem doer. O pessoal sabe da nossa fiscalização, paramos o motociclista e toda a fiscalização é exercida. O objeto de preocupação da gente não é fiscalizar essa questão do curso, da licença

do Condumoto, parte do DTP, e a questão da moto, do curso e outras questões ligadas ao motociclista, é justamente essa, queremos entender, fazer uma composição, mas que realmente consigamos regulamentar a categoria. E vamos fiscalizar, seja aplicativo, seja sindicato, seja quem for que vai exercer a atividade do motofrete. O motofretista, em tese, exerce a mesma atividade, se está entregando pelo sindicato ou está entregando pelo aplicativo, está fazendo uma entrega, em tese, ele é único.

Então, de qualquer forma a Polícia Militar, como a Polícia Civil, somos legalistas. O que o Poder Público, o Legislativo indicar e a lei sendo sancionada vamos cumprir. Somos legalistas, hoje não estamos fiscalizando exatamente para não prejudicar a categoria, mas a hora que falar, vamos fazer um calendário ou vamos exercer qualquer tipo de atividade, vamos fazer a fiscalização doa a quem doer.

Então, essa questão inicial, até para passar para os senhores, para as senhoras, que estão presentes, foi justamente essa, a preocupação com a segurança pública e a questão estava acima das empresas de aplicativo, que tínhamos de ter uma ação rápida agora para indicarmos uma estratégia para justamente combater esse tipo de delito. E futuramente, com certeza, temos de ouvir todo mundo, acho que todos os interessados participantes dessa questão têm que ser ouvidos e chegarmos a um senso comum e realmente tendo entendimento, porque a problemática inicial, antigamente, que tínhamos até com o sindicato, é a questão de manifestação. Queríamos fiscalizar, o pessoal não conseguia se regulamentar, manifestação, aí começa a parar a Cidade, parar a Cidade, isso não é bom também.

Então, temos de compor, falar assim, nós vamos fiscalizar, não é para fazer manifestação. Quem estiver regulamentado vai regulamentado, a Polícia Militar vai fiscalizar e ponto.

- Manifestação fora do microfone.

**O SR. PRESIDENTE (Senival Moura)** – Mas agora não cabe pergunta. É a única exceção, daqui para frente não caberá mais.

**O SR. RODRIGO FERREIRA** – (Fora do microfone) – A minha pergunta é, motofrete,



entregador de comida, é a mesma profissão ou tem duas?

**O SR. PAULO SÉRGIO DE OLIVEIRA** – Não, pela lei, pela norma, você tem exatamente essa explicação, entregador de pequenas mercadorias, seja alimento, seja qualquer tipo.

**O SR. RODRIGO FERREIRA** – (Fora do microfone) – É a mesma profissão?

**O SR. PAULO SÉRGIO DE OLIVEIRA** – É a mesma profissão, não tem duas. Entregador é entregador. Mas de qualquer forma propostas estão sendo feitas, se porventura o Poder Legislativo regulamentar e falar que tem ou não tem, vamos cumprir também. Propostas podem ser feitas, tanto pelos aplicativos, como pelo sindicato.

Agora, quem vai regulamentar é o Poder Legislativo. Regulamentou, os órgãos competentes de fiscalização vão fiscalizar, o DTP, a Polícia Militar, aqui em primeiro plano. Em segundo plano, no cometimento de algum delito temos aqui a Polícia Civil e ponto.

**O SR. PRESIDENTE (Senival Moura)** – Essas foram as palavras do Tenente-Coronel Paulo Oliveira, do Comando de Policiamento de Trânsito.

Passo imediatamente a palavra ao Dr. Caetano Paulo Filho, Diretor do Dipol, Departamento de Inteligência da Polícia Civil.

**O SR. CAETANO PAULO FILHO** – Antes de mais nada, parabenizar essa iniciativa, essa audiência; parabenizar a fala de todos, os senhores estão de parabéns por estarem bem representados, tanto o Gil, quanto o Gringo e outros que falaram, falaram bem. Eu acho que com a fala do nosso Vereador fechou toda a questão, se eles não estiverem unidos juntamente com os órgãos públicos não vamos chegar a um denominador, porque queira ou não, esse problema não é de agora. Esse problema já é complexo há muitos anos.

Então, agora que vem mais à tona, que as pessoas estão se utilizando das bags para cometimento de crimes, independentemente de bag ou não, eles estão cometendo crimes. Nós temos, como segurança pública, combatê-los. Então, não fazemos a diferenciação se eles estão entregando um alimento ou alguma peça de auto, qualquer coisa, ele está ali trabalhando, vai ser respeitado como sempre. E aquele que estiver agindo em desacordo com a lei vai ser punido,

vai ser responsabilizado.

Então, a segurança pública está atuando, os senhores também têm que ter em mente, quando estão de frente a uma abordagem, tanto da Polícia Civil, quanto da Polícia Militar, principalmente a Polícia Militar que está aí praticando na sua atividade fim, que é ostensiva, eles não sabem ali com quem estão lidando. Já tivemos situações que o policial abordou e acabou sendo alvejado, mas dentro da legalidade, dentro do estrito cumprimento do dever legal e da legalidade que nós sempre agimos, nós temos que abordá-los.

Agora, tem que ter compreensão, tem que ter colaboração, tanto é que o Gil sabe que na próxima semana estaremos juntos. Nós não fazemos diferenciação, tanto quanto aos aplicativos, as empresas, quanto aos senhores. A segurança pública é para todos, independentemente se é de uma empresa, se é autônomo, ou quem quer que seja. Segurança pública é um dever do Estado, mas uma obrigação de todos. Todos nós devemos colaborar, eu como cidadão que sou também, antes de ser delegado sou um cidadão, tenho minha família, eu tenho que cumprir também essa obrigação de colaborar. E com a colaboração dos senhores nós vamos chegar a um denominador, acreditem nisso.

Na semana que vem estaremos juntos, já me foi passada alguma coisa, vamos estudar e vamos chegar aonde queremos. Ou seja, combater a criminalidade, isso vocês estão vendo diuturnamente, até o Delegado Geral, Dr. Nico, está aí à frente dos trabalhos, ou pensam que não existe uma preocupação por parte de todos nós. Lógico que existe.

As estatísticas, Vereador, fizemos um comparativo com o ano passado, mas temos de fazer um comparativo fora da pandemia. Então, os índices caíram, se fizermos um comparativo com 2019, quando estava tudo na normalidade, chegamos em números menores, mas é óbvio, os crimes mais bárbaros, principalmente a morte, nós temos de combater com austeridade. Dentro da legalidade, mas com austeridade.

Então, vamos chegar a um denominador, parabéns a todos. E parabéns, depois que houve toda aquela celeuma aqui, os senhores se comportaram dignamente dentro desta Casa. Esta Casa é a Casa que vai fazer a lei para os senhores trabalharem e as leis que todos nós

cumprimos.

Muito obrigado. E vão com Deus, cuidado na rua, cuidado no trânsito, os senhores são heróis mesmo. Querem ou não, polícia, saúde e os senhores foram quem mantiveram todos comendo, a vida dentro daquela anormalidade, mas já estamos voltando com o final da pandemia, graças a Deus estaremos juntos.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Senival Moura)** – Essas foram as palavras do Dr. Caetano Paulo Filho, Diretor do Dipol, Departamento de Inteligência da Polícia Civil.

Convido, rapidamente, para responder, se houver alguma pergunta, Dr. Roberto Cimatti, do DTP. Em seguida farei o convite para o Luiz Fernando.

**O SR. ROBERTO CIMATTI** – Nobre Vereador Senival Moura, V.Exa. reportou sobre a Lei 14.491, sobre a possibilidade de melhorias na Lei. O DTP sempre está a favor de qualquer melhoria no sentido de ofertar uma maior segurança para os motofretistas no trânsito, e para trabalharem com segurança.

Então, acredito que qualquer coisa que for feita para melhorar a segurança deles e também facilitar a forma de regularização perante o órgão, sempre estaremos dispostos e a favor de proporcionar esse tipo de coisa. De qualquer forma, acho que podemos fazer uma reposta formal e encaminhar para a Comissão de Trânsito, Transporte e Atividade Econômica, da Câmara Municipal.

Gostaria de só fazer uma consideração no que diz respeito ao que o representante do iFood declarou, que está colaborando com o Poder Público, inclusive, esteve em reuniões com o Poder Público, para melhorar a questão das bags. Só que por incrível que pareça, eles dizem que estão colaborando, mas estão entregando aos trabalhadores equipamento que não é permitido por lei.

- Manifestação do público.

**O SR. ROBERTO CIMATTI** – Isso não pode ser considerado como colaborar com o Poder Público, mesmo porque se a lei proíbe não é para ser utilizado.

É essa a consideração que queria fazer. E parabenizar a iniciativa de todos os nobres Vereadores desta...

**O SR. PRESIDENTE (Senival Moura)** – Casa e Comissão de Trânsito, Transporte e Atividade Econômica.

**O SR. ROBERTO CIMATTI** – Exatamente. E seria só isso. Muito obrigado a todos. E parabéns a todos vocês pela participação.

**O SR. PRESIDENTE (Senival Moura)** – Convido a fazer uso da palavra o Sr. Sabino, representante do iFood, para responder os apontamentos que a ele foram dirigidos.

- Manifestação do público.

**O SR. PRESIDENTE (Senival Moura)** – Vou pedir aos senhores para ouvirmos, porque temos de ouvir, não temos só de falar, temos também de ouvir, ainda que não seja verdadeiro, mas está gravado, depois vão poder usar, inclusive, a Casa, as autoridades, o Executivo, a Polícia Militar, a Polícia Civil. Mas vamos ao menos ouvi-lo. Sabino.

**O SR. JOÃO SABINO** – Obrigado mais uma vez pela oportunidade, só queria fazer um aparte, acredito que por um lapso, esqueceram de duas convidadas para esta audiência pública, que ainda não tiveram a oportunidade de falar. A Amobitec e a Rappi, também foram convidadas, as Dras. Aline e Anna estão aqui esperando desde o começo para falar. Então, se for possível gostaria que a palavra fosse passada para elas primeiramente, na sequência estou à disposição para cumprir aos questionamentos.

**O SR. PRESIDENTE (Senival Moura)** – Tudo bem, Doutor, pode concluir sua fala, que vamos abrir a oportunidade para que façam uso da palavra. Pode ter acontecido aqui uma falha minha e da assessoria da Comissão.

**O SR. JOÃO SABINO** – Obrigado pela lembrança, pela gentileza com as outras entidades. Quero apenas reforçar mais uma vez tudo o que foi falado aqui, acreditamos fortemente que a Lei do Motofrete é uma versão do monopólio dos táxis do serviço de *delivery*.

Não estou a criticar a Lei em si, porque quando foi elaborada, sequer existia serviço de aplicativo, smartphones, tecnologia 3G e 4G. Ou seja, precisamos discutir uma nova

regulamentação que abarque essas novas tecnologias. E para isso estamos superabertos, temos uma equipe especializada participando de todos os fóruns, de todos os convites, seja da Câmara Municipal, ou do Executivo, outras comissões, Governo Estadual, estaremos sempre lá trazendo nossas contribuições e nossas ideias para trazer soluções regulatórias que permitam o livre desenvolvimento da categoria, uma melhoria nas condições de trabalho, ganhos, segurança e também o fomento das atividades econômicas do país.

Reforço a nossa prioridade com o compromisso com a segurança viária, com a segurança dos cidadãos, estamos conversando e fazendo parcerias tecnológicas com o Governo Estadual na questão dos assaltos que estão acontecendo por falsos entregadores. Acreditamos fortemente que soluções chamadas soluções offline. Ou seja, colocar nome nas bags, identificação das bags, não são as melhores soluções, só vão expor mais ainda entregadores que são trabalhadores, não são tidos com seus nomes e seus dados pessoais. Se utilizarmos o principal ativo das empresas de tecnologia, que são os dados, e a própria tecnologia em si em conjunto com todo o aparato tecnológico do Estado, teremos soluções mais eficientes.

Obrigado mais uma vez. Fico à disposição de todas as discussões que porventura vierem a continuar.

- Manifestação do público.

**O SR. PRESIDENTE (Senival Moura)** – Então, a democracia é isso, ele falou e vocês se manifestaram, aí vocês agiram corretamente.

Por gentileza, quem são as duas pessoas que não tiveram a oportunidade de fazer uso da palavra, que estão de forma virtual.

**A SRA. ANNA CARVALHIDO** – Boa noite, Excelência, aqui é a Anna Carvalhido, sou a Gerente de Políticas Públicas do Rappi. Estou na lista de confirmados também, Excelência.

**O SR. PRESIDENTE (Senival Moura)** – Pode falar, Doutora.

**A SRA. ANNA CARVALHIDO** – Perfeito. Eu tinha feito a inscrição um pouquinho mais cedo, acho que pode ter acontecido um problema de comunicação. Queria primeiramente parabenizar a Comissão de Trânsito, em especial na figura do Sr. Presidente, por propor um

debate democrático com a participação de todos os envolvidos no ecossistema digital. Entendo que é um desafio trazer todos os diferentes pontos de vista numa mesma audiência.

Para falar brevemente do Rappi, trata-se de uma empresa foi fundada na Colômbia em 2015 e chegou ao Brasil em 2017, sendo hoje uma *startup* que está nas franjas do mercado de *delivery*. Nós temos uma operação pequena no mercado brasileiro, mas nós nos orgulhamos de estar no Brasil e sempre estamos muito abertos a debater com todas as autoridades todos os temas críticos de segurança pública, as novas regulamentações. Então, sempre ficamos à disposição, mesmo sendo uma empresa de pequena participação nesse mercado.

No Rappi, a maioria dos entregadores se ativam em todo o Brasil realizando mais de uma atividade e, via de regra, estando conectados a diversas plataformas. Então, a gente observa uma dinâmica muito diferente e que se acentuou a partir de 2015, 2017, quando houve um crescimento dessa nova modalidade, desse novo mercado.

Em relação à questão de segurança, o Rappi condena os criminosos que se passam por entregadores, acabam manchando a reputação de uma classe que a gente sabe que faz um trabalho sério, honesto e de forma muito ética. Então, os nossos posicionamentos em todos os fóruns que participamos é de que esse grave problema de segurança pública que tem acontecido não é, de forma alguma, de autoria de entregadores legítimos; na verdade, são criminosos que estão se aproveitando desse novo segmento.

A gente tem colaborado com as autoridades de segurança pública, tivemos reuniões junto com outras plataformas, com a Secretaria de Segurança Pública, com alguns presentes nesta reunião também, para explicar um pouco como funciona o nosso modelo de negócio, como estudar o nosso processo de cadastramento. Entendo que muitos elementos são novos para algumas pessoas e a gente tem colaborado com as autoridades nesse sentido.

A Rappi também confia que o legislador ouvirá todas as partes, como faz parte da Democracia, e levar em consideração essa nova dinâmica dos profissionais independentes que se conectam às plataformas, para colocar novas bases regulatórias.

Por fim, recuperando alguns dos pontos que V.Exa. trouxe, respondendo brevemente

aqui, temos tido essas conversas com a Secretaria de Segurança Pública, como já comentei, explicando como funciona a nossa operação e sempre com uma grande preocupação de separar o joio do trigo para que não se confundam os criminosos com entregadores, que fazem um trabalho muito ético.

Com relação às questões de segurança do cadastramento, o Rappi faz um cadastramento muito rigoroso: apenas pessoas com mais de 18 anos, com fotos, documentos comprobatórios. A gente tem ferramentas de reconhecimento facial para garantir a identidade da pessoa, então a gente sempre faz um cadastro muito rigoroso, também com checagem de dados públicos, de antecedentes criminais, dentre outras ferramentas.

Com relação aos entregadores que venham a passar por alguma situação vexatória, a Rappi condena que qualquer usuário do sistema, seja usuário, entregador ou estabelecimento, tenha qualquer tipo de comportamento indevido; e a qualquer problema de segurança, a Rappi sempre orienta todos os participantes a abrirem um Boletim de Ocorrência e colabora com as autoridades policiais, não só nesse momento com a Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo, mas também com os policiais no dia a dia, compartilhando dados e fazendo tudo o que estiver ao seu alcance para ajudar a solucionar essas questões de segurança que podem vir a acontecer contra quem está conectado na plataforma.

Com relação à identificação das *bags*, o Rappi entende que as *bags* são de uso opcional. Eventualmente, uma parcela dos entregadores realmente se interessa por esse tipo de vestimenta e a Rappi pode fazer algumas ações pontuais de distribuição, até em resposta a essa demanda, mas sempre verificando, de fato, se o entregador está conectado e cadastrado na plataforma, principalmente agora que a gente vê uma questão de segurança pública muito sensível, até para não haver esse problema de ter falsos entregadores.

Basicamente, essa é a minha fala. Agradeço em nome da Rappi, enquanto única representante de uma empresa pequena, de uma *startup*, mas fico à disposição para colaborar e responder questionamentos de todas as autoridades e de todas as partes interessadas.

Obrigada.

**O SR. PRESIDENTE (Senival Moura)** – Muito obrigado. Tem mais um inscrito de forma virtual, que também não fez o uso da palavra.

**O SR. ADILSON AMADEU** – Sr. Presidente, nós vamos na próxima sessão preparar e aprovar um requerimento para a Sra. Anna, representante da Rappi, vir explicar a respeito das *bags* que ela está entregando, que inclusive estou já aqui com o material. Ela não pode vir aqui e falar o que ela está falando, só isso. Está registrado, eu também tenho, é muita mentira.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Senival Moura)** - Tem a palavra a Sra. Aline Viotto, da Amobitec.

**A SRA. ALINE VIOTTO GOMES** – Obrigada, Excelência. Queria cumprimentar todos, agradecer o convite, na pessoa do Vereador Senival Moura, a todos Vereadores presentes, também cumprimentar os trabalhadores presentes.

Eu só queria explicar que a gente entende que tinha um processo de inscrição pela plataforma que a gente está usando. Então, tem pessoas que se inscreveram por aqui e foram chamadas e a gente se inscreveu pela plataforma, além da gente também ter feito contato telefônico prévio e avisado da nossa participação. Mas, enfim, acho que está tudo bem e deu certo, por isso a gente agradece o convite e o espaço para falar.

Eu queria saudar a iniciativa e reforçar a importância de debate o tema de segurança pública, que é um tema complexo, a gente sabe que não há nenhuma solução simples para isso, mas a gente acredita que a tecnologia vem contribuindo e pode contribuir ainda mais para garantir segurança, com dados, informações e inteligência.

Eu sou representante da Associação Brasileira de Mobilidade e Tecnologia, que foi fundada em 2018, a Amobitec, que é uma associação que reúne empresas que prestam serviços tecnológicos relacionados a mobilidade de pessoas ou bens, que tem entre os seus associados o Uber, o 99, Zé Delivery, entre outros.

A Amobitec tem mantido o diálogo com a Secretaria de Segurança Pública, por conta dos últimos incidentes, e tem avaliado como que as empresas podem contribuir nesse processo.



A gente entende que é importante compartilhar informações e dados, que elas podem auxiliar, mas que também é importante considerar as especificidades de cada empresa. Nesse sentido, a implementação de medidas, ou mesmo a elaboração de proposições legislativas que visam responder a essas questões, têm que se atentar para esses desafios, que é o que eu queria trazer aqui.

O primeiro desafio é operacional e tecnológico, então, soluções tecnológicas precisam estar adaptadas aos sistemas de cada empresa. Quando a gente fala em construir integração entre sistemas, é um processo que leva tempo, que precisa ser pensado caso a caso e é necessário haver um cuidado para que não surja qualquer vulnerabilidade na segurança e no sigilo das informações.

O segundo desafio é o de garantia à segurança de informação. Então, adotar medidas de compartilhamento, também precisa ser garantido que sejam respeitadas as normativas, referência à privacidade de dados, lembrar que algumas dessas empresas têm suas matrizes fora do Brasil e que também têm parâmetros estabelecidos globalmente com relação à segurança da informação e de obrigações que precisam ser atendidas de qualquer um que acesse essa base ou alguma informação dessas empresas.

Por fim, tem também um desafio legal de pensar em proposições, em medidas. Também é importante que elas respeitem o princípio da livre iniciativa, consagrado na Constituição, e outras normas infraconstitucionais, como liberdade de modelos de negócio, que é assegurada pelo marco civil da internet, assim como a proteção de dados, como já mencionei aqui.

Acho que também é importante lembrar que existem diversas normativas, dentre as quais a normativa com relação à utilização da bolsa para transporte de cargas, uma resolução do Contran vigente, que rege a utilização de bolsas para transporte e motocicletas, desde que sejam atingidos alguns parâmetros com relação a isso. Então, não há uma vedação exatamente à utilização desse equipamento, mas há regras de como ele pode ser utilizado e acho que é importante entender todo esse arcabouço jurídico, que a gente tem que respeitar, que está

integrando essas relações.

Por fim, eu gostaria de deixar aqui aberto, à disposição, para poder contribuir, acho que as empresas podem contribuir nesse processo. Também tem iniciativas pensadas, como canais direto de contato, seja com a polícia, 190, 181, enfim. E tem algumas alternativas que estão sendo desenvolvidas dentro dos seus próprios aplicativos, tem pensado em compartilhamento de informações, já executam projetos em municípios com relação a compartilhamento de dados para fiscais de trânsito, que também podem ser replicados e trazidos para a cidade de São Paulo.

Agradeço o convite e me coloco à disposição para seguir nesse diálogo.

Obrigada.

**O SR. PRESIDENTE (Senival Moura)** – Obrigado. Quero registrar a presença do sempre Senador Eduardo Suplicy, que veio prestigiar a nossa audiência no dia de hoje. Ele esteve acompanhando de forma virtual e está presente aqui parabenizando os trabalhos.

Tem a palavra o nobre Vereador Eduardo Matarazzo Suplicy.

**O SR. EDUARDO MATARAZZO SUPLICY** – Prezado Presidente Senival Moura, Vereador Adilson Amadeu, representante do DTP, todos os que trabalham de motocicleta na cidade de São Paulo. Eu, a cada dia, fico impressionado quando percebo as pessoas andando de moto e levando alimentos, ou quaisquer coisas que a população precisa de um lugar para outro nesta cidade, e fico pensando na segurança de vocês que, muitas vezes, estão com pressa para conseguir adiantar o seu trabalho e terem ainda mais possibilidade de conseguir realizar a remuneração que merecem.

É tão importante que haja esse diálogo. Eu assisti do gabinete, porque eu estava realizando outras atividades, a gente tem múltiplas responsabilidades e obrigações e eu sou da Comissão de Direitos Humanos, que está muito preocupada com os episódios ocorridos esses dias na cracolândia. Acabamos de saber que está havendo mais uma operação ali, então nós, Vereadores, temos que nos multiplicar. Mas eu desci até o plenário para cumprimentá-los.

Estou sabendo que, além de haver projetos do Vereador Adilson Amadeu, da

Comissão, do nobre Vereador Camilo, eu considero da maior importância que uma audiência como esta, ouvindo as diversas partes, tanto os motociclistas, como os responsáveis pelas empresas.

Eu sei que vocês são organizados em sindicatos e fico imaginando que, quem sabe, os motociclistas ou transportadores de pessoas, ou coisas, podem também eventualmente se organizar em cooperativas, acho que seria algo muito interessante, venho a sugerir que haja a possibilidade e até um estímulo, no projeto de lei, de que se os motociclistas quiserem montar uma cooperativa, que isso possa estar previsto no projeto. Também é muito importante que haja, no projeto de lei, uma preocupação com a segurança de vocês, inclusive com relação ao direito dos motociclistas: Se porventura forem acidentados, que direitos eles devem ter? É algo que nós, Vereadores e Vereadoras, devemos dar atenção.

Parabéns a todos. Muito obrigado.

**O SR. ADILSON AMADEU** – Professor Senador Suplicy, que orienta todos nós aqui, porque a bagagem dele não é pequena, é grande: veja como você é querido. Quando você anda pela rua, quando passa uma moto, eles não buzina para você? Para mim, buzina, mas para você devem buzinar muito mais.

**O SR. PRESIDENTE (Senival Moura)** – Perfeito. Tem mais um representante do governo e pergunto se tem interesse de se manifestar. A Sra. Michele Perea Cavinato, da SMT.

**A SRA. MICHELE PEREA CAVINATO** – Obrigado, Presidente. Vou falar brevemente. Vou seguir um pouco a linha do que o Tenente Coronel Paulo Oliveira falou. Acho que, por tudo o que foi exposto nesta audiência, fica clara a necessidade de uma maior oferta de cursos e a utilização do processo de regularização do motofretista, em parceria com o Detran, tanto em documentação, quanto nas vistorias. A partir daí, inicia-se uma escala de fiscalização para a inibição das ações dos falsos entregadores.

Essa maior oferta de cursos melhora a segurança dos motofretista também e a capacitação que eles teriam.

Obrigada.

**O SR. PRESIDENTE (Senival Moura)** – O grande objetivo desta audiência pública é justamente a gente poder separar o joio do trigo e identificar, de fato, os trabalhadores. É o grande objeto desta audiência pública. Em função do que vem acontecendo ultimamente, os muitos atos de criminosos se envolvendo no segmento, a ideia é a gente separar o joio do trigo e deixar claro quem são os trabalhadores, que eu diria que mais de 90% são trabalhadores. Mas infelizmente entra no meio o criminoso e prevalece a função do criminoso em detrimento de toda a comunidade trabalhadora. É lamentável, mas é isso que acontece.

A audiência pública de hoje é para a gente ouvir as divergências e os problemas, também o contraditório, senão não tem sentido esta audiência pública. Foram 27 inscritos que fizeram o uso da palavra, além dos representantes da polícia, da SMT, do DTP, dos Vereadores Adilson Amadeu, Luana Alves, Camilo Cristóforo, Alfredinho, Marlon Luz, Juliana Cardoso, Eduardo Suplicy, que é um orgulho para nós nesta Casa; e este Vereador que vos fala.

---

Nada mais havendo a ser tratado, declaro encerrados os trabalhos.